



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE DESIGN E COMUNICAÇÃO
COMUNICAÇÃO SOCIAL

DAYANE JENIFFER SILVA CARVALHO

ENTRE NARRATIVAS E FATOS:

A Disputa Pela Verdade Em Discursos Politicamente Opostos

Caruaru
2025

DAYANE JENIFFER SILVA CARVALHO

ENTRE NARRATIVAS E FATOS:

A Disputa Pela Verdade Em Discursos Politicamente Opostos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Comunicação Social do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade de monografia, como requisito para obtenção do Título de Bacharel em Comunicação Social.

Área de concentração: Comunicação Política

Orientador: Eduardo Cesar Maia

Caruaru
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Carvalho, Dayane Jeniffer Silva.

Entre narrativas e fatos: a disputa pela verdade em discursos politicamente opostos / Dayane Jeniffer Silva Carvalho. - Caruaru, 2025.

73p : il.

Orientador(a): Eduardo Cesar Maia

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Comunicação Social, 2025.

Inclui referências.

1. Verdade. 2. Política. 3. Comunicação. 4. Jornalismo. 5. Filosofia da linguagem. I. Maia, Eduardo Cesar. (Orientação). II. Título.

070 CDD (22.ed.)

DAYANE JENIFFER SILVA CARVALHO

ENTRE NARRATIVAS E FATOS:

A Disputa Pela Verdade Em Discursos Politicamente Opostos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Comunicação Social do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade de monografia, como requisito para obtenção do Título de Bacharel em Comunicação Social.

Aprovado em: 27/02/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Cesar Maia (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Gustavo Alves Alonso Ferreira (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Nara de Carvalho Pavão (Examinadora Externa)

Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Obrigada a todos que acreditaram em mim, me apoiaram e me deram forças para chegar até aqui. Eterna gratidão aos meus pais, irmãos, demais parentes, amigos e ao meu companheiro de vida, que estiveram ao meu lado em cada etapa dessa jornada.

Estendo meus agradecimentos à Universidade Federal de Pernambuco e a todos os professores de Comunicação Social do Centro Acadêmico do Agreste, que contribuíram para minha formação, não apenas acadêmica, como também humana. Em especial, agradeço ao meu orientador, Eduardo Cesar Maia, por inspirar em mim a coragem de questionar e o desejo de refletir.

Por fim, agradeço a mim mesma, por não ter desistido.

“Talvez a tarefa de quem ama os homens seja fazer rir da verdade, fazer rir a verdade, porque a única verdade é aprendermos a nos libertar da paixão insana pela verdade.” (Eco, 2011, pág. 494)

RESUMO

O presente trabalho analisa comparativamente o uso do termo “verdade” nos editoriais do jornal A Verdade (de orientação marxista) e da revista A Verdade (de viés bolsonarista). A pesquisa é orientada pela problemática: quais as divergências e convergências entre o jornal e a revista quanto ao significado do termo em seus editoriais? Para responder a essa questão, o estudo investiga as transformações sociais promovidas pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e examina como esses mecanismos contribuíram para a consolidação de uma linguagem totalitária, que instrumentaliza a "verdade". A pesquisa também revisita diferentes concepções filosóficas sobre o termo ao longo dos séculos, analisando como a palavra foi utilizada no contexto do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), tanto por veículos alinhados quanto contrários ao ex-presidente. Combinando essa base teórica com a metodologia de Análise de Conteúdo (Bardin, 1977), o trabalho identifica as confluências nas narrativas dos objetos estudados.

Palavras-chave:

Verdade; Política; Comunicação; Jornalismo; Filosofia da Linguagem.

ABSTRACT

This study presents a comparative analysis of the use of the term "truth" in the editorials of the newspaper *A Verdade* (Marxist orientation) and the magazine *A Verdade* (Bolsonaro supporter bias). The research is guided by the following question: what are the divergences and convergences between the newspaper and the magazine regarding the meaning of the term in their editorials? To answer this question, the study investigates the social transformations brought about by the development of communication media and examines how these mechanisms contributed to the consolidation of a totalitarian language that instrumentalizes "truth". The research also revisits different philosophical conceptions of the term throughout the centuries, analyzing how the word was used in the context of Jair Bolsonaro government (2019-2022), both by media outlets aligned with and opposed to the former president. Combining this theoretical basis with the Content Analysis methodology (Bardin, 1977), the study identifies the confluences in the narratives of the objects studied.

Keywords:

Truth; Politics; Communication; Journalism; Philosophy of Language.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	O PAPEL DA COMUNICAÇÃO.....	10
2.1	AS TRANSFORMAÇÕES DOS MEIOS E O IMPACTO POLÍTICO.....	11
2.2	A MASSA.....	14
3	A LINGUAGEM TOTALITÁRIA.....	17
3.1	MANIPULAÇÃO DOS FATOS.....	18
3.2	OS EFEITOS.....	20
4	A VERDADE: SIGNIFICADOS E USOS.....	23
4.1	CONCEPÇÕES DE VERDADE.....	23
5	O GOVERNO BOLSONARO.....	31
5.1	UMA ONDA GLOBAL.....	31
5.2	A ASCENSÃO.....	34
5.2.1	O Messias.....	36
5.3	O BOLSONARISMO.....	38
6	ANÁLISE.....	40
6.1	A REVISTA.....	42
6.1.1	O Editorial.....	44
6.2	O JORNAL.....	58

6.2.1	O Editorial.....	60
6.3	CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS.....	64
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
	REFERÊNCIAS.....	68

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar comparativamente o uso do termo “verdade” nos editoriais de dois veículos de comunicação com posições ideológicas diametralmente opostas: o jornal *A Verdade*, de orientação marxista, e a revista *A Verdade*, alinhada ao conservadorismo e ao bolsonarismo. A pesquisa investiga como essas concepções distintas instrumentalizam a “verdade” para legitimar suas narrativas e reforçar suas posições ideológicas em um contexto de intensa polarização política, acentuada durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).

A escolha do tema reflete a relevância de se estudar o discurso político e midiático em tempos de polarização extrema, quando a “verdade” deixa de ser um conceito objetivo para se tornar uma ferramenta de consolidação de identidades e deslegitimação de adversários. O debate sobre a “verdade” tornou-se central não apenas na filosofia e na comunicação, mas também no cotidiano político, cultural e social, especialmente em contextos onde a desinformação, a pós-verdade e as *fake news* desempenham papéis determinantes.

O problema que orienta esta pesquisa é: quais as divergências e convergências entre o jornal e a revista *A Verdade* quanto ao significado do termo dentro de seus editoriais? A partir dessa questão, a hipótese central do trabalho é que, embora possuam objetivos e interpretações distintas, ambos os veículos utilizam a “verdade” como instrumento retórico-persuasivo para consolidar suas bases políticas e ideológicas.

A relevância deste estudo está na tentativa de compreender como a linguagem e os conceitos são utilizados para construir narrativas ideológicas, polarizar o debate público e moldar a percepção social. Em tempos de crescente desconfiança nas instituições e de fragmentação do discurso público, analisar o papel da “verdade” enquanto conceito central é fundamental para entender como as narrativas se consolidam e influenciam o cenário político e social.

Este trabalho está estruturado em capítulos que nos ajudarão a analisar mais profundamente a discussão a respeito do conceito de “verdade” em nossos objetos de estudo e seus contextos. Inicialmente, exploramos a história das mídias, de Gutenberg à Internet (Burke, 2006), observando como as transformações tecnológicas auxiliaram a propaganda e disseminação ideológica tanto de regimes totalitários quanto de sistemas democráticos. Em seguida, examinamos e

procuramos atualizar o conceito de homem-massa desenvolvido por Ortega y Gasset (2001), considerando como a expansão tecnológica contribuiu para criar indivíduos conectados, mas isolados em suas bolhas ideológicas.

Após refletir sobre a ideia de progresso como uma interpretação positivista da história, avançamos para analisar as características da linguagem totalitária e seu papel na construção do Relato Histórico (Faye, 2009). Esse contexto nos permite compreender como discursos autoritários se consolidam e moldam percepções.

Para aprofundar a análise sobre a concepção de “verdade” em ambos os veículos, recorreremos às diferentes interpretações do termo ao longo dos séculos a partir dos estudos de Danilo Marcondes (2014). Essa perspectiva oferece a base necessária para compreender como o conceito de “verdade” é mobilizado no cotidiano político.

Com essas noções em mente, adentramos o recorte temporal do trabalho, no período do governo de Jair Bolsonaro. Examinamos como esse período contribuiu para a efervescência de um discurso que buscava deslegitimar visões contrárias (sendo possível notar essa tendência já nas jornadas de 2013), criando um ambiente onde veículos de situação e oposição disputavam a hegemonia da “verdade” no campo das ideias.

Este trabalho busca oferecer uma contribuição significativa para o entendimento do papel do discurso na mediação de conflitos ideológicos e na construção de narrativas políticas. A análise da instrumentalização do termo “verdade” em veículos com visões opostas permite não apenas compreender como o conceito é mobilizado no debate público, mas também refletir sobre os desafios da comunicação em tempos de polarização e fragmentação social.

2 O PAPEL DA COMUNICAÇÃO

Antes de compreendermos como os veículos escolhidos para análise possuem convergências e divergências sobre o significado da palavra “verdade”, iremos tomar conhecimento das transformações tecnológicas na comunicação, que proporcionaram um maior alcance e disseminação das informações. Tal fato é determinante para observarmos como a ampliação das redes comunicacionais fizeram intensificar a busca pela dominação da “verdade”.

2.1 AS TRANSFORMAÇÕES DOS MEIOS E O IMPACTO POLÍTICO

No livro *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet* (2006) de Asa Briggs e Peter Burke, os autores descrevem a evolução dos meios de comunicação a partir da Revolução da Prensa Gráfica. Foi Johannes Gutenberg, no século XV, que inventou no Ocidente um inovador método de imprimir textos em larga escala utilizando tipos móveis. O feito proporcionou um aumento na circulação de livros, jornais e panfletos, marcando o início de uma era de disseminação mais ampla da informação.

O que antes era um processo meticuloso feito à mão por copistas e com circulação restrita à elite clerical, passou a ter maior produção e compartilhamento dos textos para outros grupos sociais (Burke, 2006). Essa maior popularização do acesso à informação levou a mudanças profundas na estrutura social da época, proporcionando um marco importante para o início da Modernidade.

Segundo Burke (2006), as revoluções que sucederam o surgimento da prensa foram amplamente influenciadas por ela. A Protestante (1517), a Industrial (1760-1820) e a Francesa (1789-1799) tiveram a rapidez e a facilidade na reprodução dos seus textos como determinante para o compartilhamento dos seus ideais.

Com o alcance amplo e atingindo públicos diferentes, a máquina de Gutenberg, composta por uma prancha e tipos móveis – que continham letras e sinais de pontuação – também catalisou mudanças nas estruturas de poder e no pensamento coletivo. Surgindo assim, para Burke (2006), a esfera pública e a política cultural que compartilhava os valores da sociedade europeia.

Cerca de seis séculos depois do início da prensa gráfica, outro meio também começou a ser utilizado em larga escala e proporcionou mudanças estruturais na comunicação. Sucessora do telégrafo, as ondas sonoras do rádio tiveram seu ápice no século XX graças a instantânea difusão de notícias e entretenimento para o público (Burke, 2006). Ainda segundo os autores, as duas guerras mundiais impulsionaram e marcaram a adesão do rádio por parte da população.

De acordo com Burke e Briggs, a “Era do Rádio foi não somente a era de Roosevelt e Churchill, mas também de Hitler, Mussolini e Stálin” (Burke, 2006, pág. 21). No livro *Biografia do Abismo*, de Felipe Nunes e Thomas Traumann (2023), também é comentado sobre a interferência deste então novo meio nos governos ocidentais. Entre os mencionados, está o programa de rádio do ex-presidente norte-americano Theodore Roosevelt, titulado “púlpito de provocações” – *bully pupit* –, considerado pelos autores o “primeiro caso de êxito de comunicação política de massa” (Traumann, 2023, pág. 35).

Copiando o tom vibrante dos pregadores protestantes, Roosevelt reinventou o papel do presidente nos Estados Unidos como porta-voz de uma plataforma ideológica, arreganhando o apoio popular à sua guerra contra os monopólios dos bilionários “barões ladrões” (Traumann, 2023, pág. 35).

Nunes e Traumann também discorrem no livro sobre a relação próxima entre o governo nazista e a radiodifusão. De acordo com eles, “o rádio era o meio favorito de Adolf Hitler”, e trazem a informação de que “em 1939, ano do início da Segunda Guerra Mundial, 70% dos alemães se informaram principalmente pelo rádio” (Meir *apud* Traumann, 2023, pág. 36).

No Brasil, o rádio se tornou um aliado político de forma semelhante. Foi com o programa “A Voz do Brasil” que Getúlio Vargas descobriu o poder da mídia. Segundo Nunes e Traumann (2023), a partir da ditadura do Estado Novo em 1937, a transmissão tornou-se obrigatória em todo território nacional, das 18h45 às 19h45.

Diferentemente de Roosevelt, Getúlio não fingia conversar com o ouvinte nem falava de maneira simples, mas com voz impostada e dramática. Seu discurso era empolado, ao gosto do beletismo da época, o que impunha autoridade e admiração num país em que metade da população era analfabeta (Traumann, 2023, pág. 37).

Com o fim da segunda guerra, era a vez da televisão começar a ganhar protagonismo dentro dos lares das famílias, em destaque, as estadunidenses e as brasileiras. Esse meio, assim como o rádio, teve como principal intuito entreter o espectador (Burke, 2006). Entre as mensagens apresentadas, propagandas políticas reproduziam o ideal nacionalista e moldavam o imaginário ocidental, enquanto

estabelecia a concepção de “cultura de massa” (Burke, 2006). E, assim como o rádio, a TV foi prontamente utilizada pelo meio político como ferramenta estratégica.

Ainda segundo Nunes e Traumann (2023), o impacto desse novo meio foi comprovado com a transmissão ao vivo de um debate entre “o jovem e energético senador John Kennedy” e o “inseguro e suado vice-presidente Richard Nixon” nas eleições de 1960 (McGinnis *apud* Traumann, 2023, pág. 37). Foi então a partir de Kennedy que a TV passou a ser o principal meio de comunicação dos presidentes norte-americanos.

No Brasil, a TV começou a ser popularizada durante o Regime Militar (1964-1985). Seguindo com Nunes e Traumann (2023), nos é informado que a Lei Falcão, que iniciou em 1976, marcou esse cenário. Uma vez que “permitia aos candidatos apenas citar seu nome e seu número no horário de propaganda eleitoral” (2023, pág. 37), com o objetivo de evitar o fortalecimento de uma oposição.

Na primeira eleição do país após o processo de redemocratização, em 1989, apenas Fernando Collor e Luiz Inácio Lula da Silva sabiam utilizar a TV ao seu favor (Traumann, 2023). Porém, apenas Collor foi considerado o “primeiro produto político da TV brasileira” (2023, pág. 38). No livro, é relatado que o instituto Vox Populi foi convocado em 1988 a fazer uma pesquisa sobre a eleição do ano seguinte. “O imaginário popular captado pela pesquisa mostrava gigantesca repulsa aos políticos profissionais, à corrupção e aos funcionários públicos” (2023, pág. 38), além de receio em votar em um candidato mais velho, já que Tancredo Neves faleceu em 1985, antes de tomar posse. Assim, Collor foi vendido como o “líder de uma revolta popular contra as elites corruptas, [conhecido como] o caçador de marajás” (2023, pág. 38), preenchendo com exatidão a expectativa popular. A eleição de Collor consolidou a força da TV na vitória eleitoral.

Após menos de uma década deste fato, outro meio ainda mais potente avançava.

O grande avanço aconteceu entre setembro de 1993 e março de 1994, quando uma rede até então dedicada à pesquisa acadêmica se tornou a rede das redes, aberta a todos. A rede era “frouxa” e não tinha proprietário, embora dependesse das agências de comunicação. No mesmo período, o acesso público a um programa de navegação (Mosaico), descrito na seção de negócios do New York Times de dezembro de 1993 como “a primeira janela para o ciberespaço”, tornou possível atrair usuários — na época chamados “adaptadores” — e provedores (Burke, 2006, pág. 300).

Na política, a internet começou a se destacar na campanha de Barack Obama à presidência dos Estados Unidos em 2008 (Traumann, 2023). “Ele estava presente

em 16 plataformas, que eram promovidas e interconectadas em seu website”, afirma (2023, pág. 41). Já no Brasil, “a então ex-ministra Marina Silva foi a primeira brasileira a basear sua campanha na internet” na corrida eleitoral de 2010 (2023, pág. 41).

Mas foi na eleição de 2018, se tornando Presidente da República, que Jair Messias Bolsonaro mostrou o real potencial da internet nas eleições brasileiras. “Com apenas 8 segundos de tempo de propaganda em rádio e TV, a campanha de Bolsonaro foi a primeira a comprovar o potencial das redes sociais” (Traumann, 2023, pág. 43).

Com isso, observamos que com o surgimento de cada nova tecnologia, a comunicação se faz ainda mais presente no nosso cotidiano, em razão da rapidez, efetividade e conexão que com ela passamos a estabelecer. Esse processo, sobretudo, aproxima as figuras políticas dos cidadãos. Porém, não devemos nos enganar ao imaginar que essa trajetória contribui necessariamente rumo a um progresso civilizatório e à construção de sociedades democráticas. Pois, como descrito, mesmo com o avanço proporcionado pela mídia nos seis séculos brevemente apresentados neste capítulo – desde da prensa de Gutenberg no século XV à aparição da internet no fim do XX –, tanto governos republicanos quanto tiranias se estabeleceram, e utilizaram intensamente, os meios de comunicação de massa então disponíveis.

2.2 A MASSA

Para entendermos como essa ultraconexão que estabelecemos com o mundo e com os outros molda o nosso comportamento em sociedade, tomaremos como referência o livro *A Rebelião das Massas*, de 1929 – período entre a Primeira e Segunda Guerra Mundial – do espanhol Ortega y Gasset.

Segundo Ortega y Gasset (2001) o projeto moderno no século XIX apresentou uma proposta inovadora que propunha uma “cultura moderna” (2001, pág. 29) baseada na racionalidade, que fora finalmente alcançada após a Idade Média. Essa cultura seria resultado de um longo processo de aprimoramento humano. Com tom crítico, Ortega y Gasset descreve o homem-massa, o fruto desse apogeu cultural:

Onde quer que tenha surgido o homem-massa de que este volume se ocupa, um tipo de homem feito de pressa, montado tão somente numas

quantas e pobres abstrações e que, por isso mesmo, é idêntico em qualquer parte da Europa. A ele se deve o triste aspecto de asfixiante monotonia que vai tomando a vida em todo o continente. Esse homem-massa é o homem previamente despojado de sua própria história, sem entranhas de passado e, por isso mesmo, dócil a todas as disciplinas chamadas "internacionais". Mais do que um homem, é apenas uma carcaça de homem constituído por meros idola fori; carece de um "dentro", de uma intimidade sua, inexorável e inalienável, de um eu que não se possa revogar. Daí estar sempre em disponibilidade para fingir ser qualquer coisa. Tem só apetites, crê que só tem direitos e não crê que tem obrigações: é o homem sem nobreza que obriga (Ortega y Gasset, 2001, pág. 10).

Para o autor, o homem-massa é resultado da instalação da democracia liberal e o aprimoramento da técnica, que possibilitou o inchaço populacional – quando a população europeia é triplicada, passando de 180 para 460 milhões de pessoas, de 1800 a 1914 – formando assim, o terreno fértil para o nascimento desse tipo humano.

A aglomeração é vista como um ponto essencial para se entender a massa. Por agora serem possuidoras de espaços, artefatos e de direitos antes restritos a uma minoria, a população se estabelece como protagonista, formando um “coro” (2001, pág. 21). Essa ampliação das possibilidades é resultado sobretudo do “aumento espaço-temporal do mundo” (2001, pág. 32) que tem contribuição do jornal e do cinema. “Tornamos possível ser o aproveitamento vital, podemos estar em mais lugares que antes, gozar de mais idas e mais vindas, consumir em menos tempo vital mais tempo cósmico”, afirma Ortega y Gasset (2001, pág. 38).

Ora, seriam assim as transformações na comunicação fator primordial para o surgimento do homem-massa descrito pelo espanhol, pois cria “um mundo abundante de possibilidades, que produz automaticamente graves deformações e viciosos tipos de existência humana” (2001, pág. 56). Essa participação popular, nunca vista antes na história, é denominada de hiperdemocracia em que “a massa atua diretamente sem lei, por meio de pressões materiais, impondo suas aspirações e seus gostos” (2001, pág. 21).

Embora o crescimento populacional seja relevante para a concepção de homem-massa, ela se define essencialmente pelo fator psicológico. A livre expansão dos desejos vitais e o mero desconhecimento a respeito de tudo que tornou mais fácil a sua existência são as duas características principais (Ortega y Gasset, 2001). Devido a esses sentimentos, o ser está condicionado a uma “vida vulgar” (2001, pág. 42). Diferente da vida nobre – que é caracterizada pelo esforço e disciplina – a vida vulgar “sente-se livre de toda sujeição” (2001, pág. 96).

E é por isso que, segundo Ortega y Gasset (2001), este indivíduo, mesmo dispondo de intelectualidade equiparável a outros tempos, está a caminho da barbárie.

[...] o homem médio tem as "ideias" mais taxativas sobre quanto acontece e deve acontecer no universo. Por isso perdeu o uso da audição. Para que ouvir, se já tem dentro de si o que necessita? Já não é época de ouvir, mas, pelo contrário, de julgar, de sentenciar, de decidir. Não há questão de vida pública em que não intervenha, cego e surdo como é, impondo suas "opiniões". (Ortega y Gasset, 2001, pág. 45)

Tendo isso em vista, o autor percebeu que as massas se fecham em si, decretando guerra a manifestações opostas ao seu pensamento. "Quem não seja como todo o mundo, quem não pense como todo o mundo, corre o risco de ser eliminado" (2001, pág. 23). O contexto em que o livro é escrito complementa a concepção negativa do espanhol em relação ao desenvolvimento da técnica, pois compreende que os pretendidos avanços sociais idealizados no século XIX, podem resultar em uma catástrofe.

A rebelião das massas pode, com efeito, ser trânsito de uma nova e sem par organização da humanidade, mas também pode ser uma catástrofe no destino humano. Não há razão para negar a realidade do progresso, mas é preciso corrigir a noção que crê seguro este progresso. (Ortega y Gasset, 2001, pág. 41)

Por isso que, como afirmado anteriormente, crer que a evolução da técnica – e entre ela, as mídias – causam apenas reações benignas para a sociedade, é crer que a história é linear, uma visão positivista que não leva em consideração os diversos processos que os grupos sociais estão envolvidos. Partindo desse pressuposto desenvolvido por Ortega y Gasset, há quem observe essas transformações com o rumo, apenas, ao colapso social. Contudo, enxergar por essa ótica também tem seus riscos.

Sobre essa concepção negativa das evoluções sociais que ocorreram após a modernidade, a partir do século XIX, e que repercutem o nosso contemporâneo, o escritor italiano Umberto Eco denomina-a de "apocalíptica" (2008). Em seu livro *Apocalípticos e Integrados*, Eco analisa como a teoria da "cultura de massa" compreende o fenômeno por um viés ora positivamente ora negativamente.

Para o autor, os apocalípticos confeccionam teorias sobre a decadência, enquanto os integrados estão mais preocupados com o modo de operar, produzir e emitir suas mensagens (2008, pág. 8). Contudo, o autor compreende que:

O universo da comunicação de massa é – reconheçamo-lo ou não – o nosso universo; e se quisermos falar de valores, as condições objetivas das

comunicações são aquelas fornecidas pela existência dos jornais, do rádio, da televisão, da música reproduzida e reproduzível, das novas formas de comunicação visual e auditiva. Ninguém foge a essas condições, nem mesmo o virtuoso, que indignado com a natureza humana desse universo da informação, transmite o seu protesto através dos canais de comunicação de massa, pelas colunas do grande diário, ou nas páginas do volume em paperback, impresso em linotipo e difundido nos quiosques das estações. (Eco, 2008, pág. 11)

Desta forma Umberto Eco nota que não é possível ir contra aos avanços alcançados na comunicação. Sendo assim, o que deve ser cultivado é o papel do crítico na mediação cultural. Pois, para Eco, é necessário senso crítico para lidar com a produção de conteúdo desenvolvido para a massa.

A situação conhecida como cultura de massa verifica-se no momento histórico em que as massas ingressam como protagonistas na vida associada, co-responsáveis pela coisa pública. Frequentemente, essas massas impuseram um ethos próprio, fizeram valer, em diversos períodos históricos, exigências particulares, puseram em circulação uma linguagem própria, isto é, elaboraram propostas saídas de baixo. Mas paradoxalmente, o seu modo de divertir-se, de pensar, de imaginar, não nasce de baixo: através das comunicações de massa, ele lhes é proposto sob forma de mensagens formuladas segundo o código da classe hegemônica. Estamos, assim, ante a singular situação de uma cultura de massa, em cujo âmbito um proletariado consome modelos culturais burgueses, mantendo-os dentro de uma expressão autônoma própria. (Eco, 2008, pág. 24)

Deste modo, podemos entrelaçar o pensamento de Eco com o de Ortega y Gasset. O primeiro traduz as manifestações da cultura de massa como uma movimentação que articula diferentes classes, que confere ao crítico o poder de classificar essa produção. Enquanto o segundo observa que o pretendido avanço cultural idealizado no século XIX desembocou na perda da civilização e moralidade.

Independentemente do impacto negativo ou positivo, cabe aqui ressaltar o inquestionável poder da mídia para difundir, propagar e sintonizar pessoas. Esse constante compartilhamento de opiniões e informações estabelece a criação de ideologias políticas, sejam elas massivas e segregadoras – como apontou Ortega y Gasset em sua obra – ou de origem múltiplas que compõem a massa cultural que estamos absorvidos – como disserta Eco.

Como já vimos as transformações sofridas na comunicação, a utilização desses novos meios para a propagação de discursos políticos e seus possíveis impactos psicossociais na população, agora iremos detalhar como a linguagem totalitária é estabelecida.

3 A LINGUAGEM TOTALITÁRIA

Como observado, os meios de comunicação são poderosas ferramentas que envolvem os cidadãos e um dos mecanismos que possibilitam o aparecimento das massas (Ortega y Gasset, 2001), capazes de absorver as informações e de convertê-las em ações. Contudo, é preciso estar atento ao conteúdo divulgado, que faz parte, sobretudo, de uma forma de narrar os fatos que percorrem o mundo. O viés dessa produção pode provocar, entre outros fenômenos, o estabelecimento de governos autoritários. É sobre como essa linguagem se comporta que iremos nos aprofundar neste capítulo.

3.1 MANIPULAÇÃO DOS FATOS

Para começarmos, precisamos entender o valor da narração na construção da linguagem totalitária. No título *Introdução às linguagens totalitárias: teoria e transformação do relato* (2009) o francês Jean-Pierre Faye inicia falando sobre a Teoria do Relato, observando como aquilo que é contado e reproduzido, cria uma identificação social que independe da verdade. Para exemplificar é descrito o Efeito Mably, ocasionado por Gabriel Bonnot de Mably no primeiro capítulo do livro *Observations sur l'histoire de France* (1788), que trata com detalhes os costumes e conquistas da França. O relato não cita nenhuma referência ou fonte das informações apresentadas, mas mesmo assim, conseguiu permanecer no imaginário popular dos franceses como a verdade acerca dos seus antepassados. Sendo assim, “o efeito da narração sobre a ação que ela narra – efeito que passa pela ficção, ‘pelo falso e pelo verdadeiro, pela história e pelo romance’ – é precisamente o enigma que poder-se-ia explorar”, pontua Faye (2009, pág. 10).

Com isso em consideração, entender o Efeito do Relato é compreender como aquilo que contamos não é pura descrição dos fatos históricos, mas é também ação. “A História – a palavra História – designa ao mesmo tempo um processo ou uma ação real e o relato dessa ação. Relato que, concomitantemente, enuncia a ação – e a produz.” (Faye, 2009, pág. 33).

Isso faz parte da teoria do conhecimento (Faye, 2009), que busca analisar como o saber histórico é estabelecido. Essa narração do passado e do presente pode determinar sob que ótica enxergaremos o nosso futuro. Entretanto para Faye

(2009), a “história é antes de mais nada uma narração” (pág. 23), se aproximando assim da descrição ficcional.

O estatuto perigoso do relato fica evidente. Ele é esta forma simples, sem peso nem materialidade, da narração – porém é ao mesmo tempo o que narra: o próprio real, em sua materialidade. É a simples linguagem – e é a “primeira significação” do Verdadeiro e do Falso em sua origem, que se refere, fora do texto, à materialidade do fato ou à coerência das regras do pensamento (Faye, 2009, pág. 23)

Observar criticamente o relato é também observar como a definição de verdadeiro e falso é compreendida. No livro, Faye (2009) nos lembra que a história tenta se colocar como fiel ao fato, mas é percorrida por narrações ideológicas – sendo elas “organizadores da experiência humana” (*ibidem*, pág. 40) – que podem tornar o texto tendencioso. Por isso, o escritor se pergunta: “como a narração histórica é possível?” (*ibidem*, pág. 40)

Se todo relato histórico, verdadeiro ou não, corre o risco de ser ativo a ponto de modificar a face da própria história, se o relato falso também porta consigo o poder material de exercer um efeito narrativo – então, como escapar à pretensa narração, o que é a narração verdadeira? (Faye, 2009, pág. 41)

Sobre o questionamento o autor não explana solução, já que segue a ideia de que a narração é sempre ideológica. Contudo, Faye (2009) se mostra mais preocupado com a reprodução e alcance da história determinada como “verdadeira”. O interesse de uma classe para que o discurso seja reproduzido e passe a validar como verdade é o que determina a narrativa histórica.

O processo fundamental da história desenvolve-se em vários níveis ao mesmo tempo. Ele é a cadeia das linguagens e de suas ideias e, ao mesmo tempo [...] a sequência dos interesses reais.” (Faye, 2009, pág. 132).

É neste aspecto que o autor atribui à narração papel fundamental no estabelecimento de linguagens totalitárias, pois controlar os fatos aos interesses de um grupo dominante possibilita a criação de uma base sólida para que governos autoritários ganhem e mantenham o poder. “A narração é essa função fundamental e como que primitiva da linguagem que, carregada pela base material das sociedades, não apenas toca a história, mas efetivamente a engendra” (Faye, 2009, pág. 129).

Por isso que a imprensa jornalística é uma peça fundamental para criar critérios firmes para que a história não seja escrita baseada em mentiras. É o que nos mostra o jornalista Wilson Gomes no seu livro *Jornalismo, Fatos e Interesses* (2009). “[A imprensa] tem o poder de fazer conhecer ou ocultar, enganar ou revelar, fazer preferir, fazer pensar, fazer sentir” (Gomes, 2009, pág. 87).

É sabendo desse papel decisivo das mídias, e em especial da imprensa, que Gomes disserta neste trabalho. Assim como Faye (2009), o jornalista compreende que há subjetividade quando se narra um acontecimento. Porém, acrescenta que a interpretação de um acontecimento não exclui que existe, afinal, um acontecimento que é indubitável. Conforme descreve, os fatos são “objetos mudos”, que apenas recebem significado quando passam a se entrelaçar com a linguagem.

É bem verdade que, sem o olhar de um intérprete, o fato existe apenas como matéria a-significativa (não é um fato); mas é também verdade que a interpretação não faz do fato o que bem quer de forma que o mesmo fato em duas interpretações torna-se-ia, a rigor, dois fatos (Gomes, 2009, pág. 60)

Por isso que Gomes (2009) compreende que a narração histórica não deve ser observada como uma névoa turva de interpretações que não descreve a realidade dos ocorridos. Assim, é necessário estabelecer critérios relacionados à teoria do conhecimento para que os textos sejam fidedignos à realidade.

Não diretamente, Gomes (2009) acaba então indo contra a ideia levantada por Faye (2009), que descredibiliza a narração histórica por ela ser a reprodução dos ideais de uma classe dominante. Pelas palavras de Wilson Gomes, essa concepção faz parte de um pensamento que procura o significado oculto das coisas, negligenciando os fatos que estão sendo anunciados:

Filosofia da Suspeita do século XIX se firma a convicção, herdada pelo século XX, de que em virtude do compromisso da consciência com o seu outro, somente um complexo jogo hermenêutico nos possibilita ao menos identificar as máscaras históricas da consciência, que se manifestam, assim, como sintomas, indícios de que há algo que sempre está além daquilo que é simplesmente dito ou visto (Gomes, 2009, pág. 19)

Segundo Gomes (2009), é devido a esse sentimento que tendem a compreender a subjetividade como um fator negativo. Para o jornalista, pontuar essa característica intrinsecamente humana deveria ser um ato superado no momento em que um texto é analisado.

É com isto em mente que dissertaremos sobre os efeitos da relativização dos acontecimentos – como se esses fossem parte apenas de uma narração subjetiva –, ao passo em que o núcleo central do fato é desqualificado e observado da forma que bem entenderem os atores sociais.

3.2 OS EFEITOS

Neste ponto, iremos nos voltar ao Brasil, destacando os fenômenos que ocorrem no país a partir de 2010 e que ganharam força em 2018 – sem nenhuma coincidência, época em que Jair Messias Bolsonaro iniciou como chefe do executivo federal. Devido à ebulição global de teorias conspiracionais e do avanço da extrema direita, o que é apresentado por Faye (2009) sobre o valor da narrativa, sendo ela verdadeira ou não, é vista na prática no Brasil contemporâneo. Contudo, esse fenômeno não é restrito ao país, pois facilmente serve de amostra laboratorial do que ocorre em outras nações.

Sobre esse ponto nos baseamos no livro *Bolsonarismo: da Guerra Cultural ao Terrorismo Doméstico* (2023), de João Cezar de Castro Rocha. O título faz uma análise das características que sustentaram a eleição de Bolsonaro. Para o autor, dois pontos são cruciais para a ascensão do ex-presidente: a retórica do ódio e a dissonância cognitiva.

A retórica do ódio tem como único objetivo eliminar simbolicamente todo aquele que não repita as lições da seita. Daí seus dois traços dominantes: a desqualificação nulificadora e a hipérbole descaracterizadora dos próprios atributos (Castro Rocha, 2023, pág. 134).

Castro Rocha (2023) coloca a retórica do ódio como uma estratégia para que a mensagem seja difundida organicamente. Na internet, onde normalmente é seu meio, o ódio consegue juntar adeptos e opositores em um coro que garante engajamento nas plataformas que estão circulando.

A retórica do ódio, além de uma iníqua pedagogia de desumanização do outro, é um modelo exitoso de negócio, de uma forma de conquistar visibilidade num mercado de disputa feroz pelo mínimo de atenção alheia (Castro Rocha, 2023, pág. 41).

O ambiente digital é visto como determinante para se entender a propagação dessa retórica. Recordemos que, na primeira parte do capítulo anterior, os avanços tecnológicos foram cruciais para que movimentos sociais pudessem ter êxito (Burke, 2006). Neste caso, não é diferente. A internet foi o meio apropriado para que a retórica do ódio ganhasse dimensão.

Já que observa a utilização dessa estratégia pela extrema direita, Castro Rocha (2023) verifica que “a incapacidade do campo progressista em entender o alcance radical das mutações provocadas pelo universo digital no mundo da política” (*ibidem*, pág. 17) possibilitou que o outro lado político avançasse pelo globo.

O triunfo eleitoral da extrema direita, cujo instrumento decisivo é precisamente a manipulação do universo digital e mais particularmente a adoção da lógica das redes sociais, foi transportada sem mais para o plano da disputa política (Castro Rocha, 2023, pág. 18).

Nesse ambiente propício, Castro Rocha (2023) vê que se estabelece a mídiósfera extremista, um novo meio que propaga um discurso inflamado e desinformativo, com o objetivo de suprir a demanda por conteúdos agressivos.

O alcance do universo digital e sobretudo a onipresença das redes sociais no cotidiano propiciaram a emergência de um fenômeno inédito, a criação de um ambiente virtual, autêntico ecossistema de desinformação – a mídiósfera extremista (Castro Rocha, 2023, pág. 33)

Segue assim o autor, descrevendo essa mídia:

Mídiósfera extremista é um dos conceitos que proponho para enfrentar a Esfinge contemporânea. Ela consiste num sistema informacional dotado de um altíssimo nível de coerência interna e, na prática, imune a críticas ou verificações externas. Seu modo tautológico de funcionamento depende de uma estrutura particular e de um pacto nada tácito, pacto este que intimidaria o Fausto de Goethe ou Riobaldo de Rosa (Castro Rocha, 2023, pág. 34)

Faz parte da mídiósfera extremista que Castro Rocha (2023) apresenta a chamada mídia amiga. Ela é um espaço em que dá voz e valida as falas mais absurdas de grupos extremistas. Com olho no bolsonarismo, Castro Rocha compreende que essa mídia fica no “limite do crime” e “estimula o projeto autoritário do bolsonarismo” (*ibidem*, pág. 90).

O efeito da “mídia amiga” na mentalidade de seita da militância fanatizada é devastador, pois, ao dar voz a apoiadores de teorias conspiratórias e ao conceder visibilidade às notícias mais delirantes, a crença dos partícipes da mídiósfera extremista torna-se inabalável (Castro Rocha, 2023, pág. 35)

No trecho destacado, percebe-se agora que além da mídia em questão propagar o ódio, ela consegue fomentar a seita militante fanática. Essas crenças compartilhadas por grupos extremistas, que não levam em consideração a validade dos fatos sociais, mas sim os seus ideais e pontos de vista, Castro Rocha (2023) denomina de dissonância cognitiva coletiva.

A dissonância cognitiva coletiva, ou seja, a criação de um mundo alternativo, de uma autêntica realidade paralela cujos delírios são tomados como verdade absoluta porque não mais ocorrem no plano individual, mas na arena pública, reunindo dezenas de milhões de pessoas conectadas o tempo todo por meio das redes sociais (Castro Rocha, 2023, pág. 37)

Essa mistura entre aspectos religiosos e políticos, constituem cidadãos que não aceitam formas de enxergar a realidade que sejam diferentes da sua. No livro, Castro Rocha (2023) declara que essas pessoas são consideradas analfabetos ideológicos.

O analfabeto ideológico tem boa formação, não enfrenta dificuldade alguma para interpretar textos elaborados e na maior parte dos casos possui uma boa expressão oral. Seu problema, portanto, não é de ordem cognitiva, porém política: ele reduz o mundo, qualquer texto e todas as informações que recebe ao papel de simples projeção de suas concepções políticas (Castro Rocha, 2023, pág. 147)

Essa idealização faz parte de um Sistema de Crenças, que de acordo com o autor é “uma adesão do projeto bolsonarista, onde todos os termos são aceitos, até mesmo os que são contraditórios” (Castro Rocha, 2023, pág. 146).

Com esses pontos levantados, podemos compreender o efeito da linguagem totalitária na manipulação da informação, que não obedece a ordem factual e busca criar uma nova realidade. Mesmo o texto de João Cezar de Castro Rocha (2023) tratando do bolsonarismo no Brasil contemporâneo, podemos observar esses mesmos efeitos em países que governos autoritários também acenderam.

4 A VERDADE: SIGNIFICADOS E USOS

Nesse embate, a verdade fica à deriva, naufragada, sem terra firme para se estabelecer. Se torna mais uma palavra no discurso de figuras políticas para demonstrar autoridade, prestígio e comprometimento. A linguagem totalitária estabelece o seu uso como a convém, enquanto a aplicação do significado que a define só ocupa páginas no dicionário. É sobre ela que falaremos neste capítulo.

4.1 CONCEPÇÕES DE VERDADE

Para esta finalidade iremos nos voltar ao livro *A Verdade* (2014) de Danilo Marcondes. A obra é uma objetiva enciclopédia sobre como a “verdade” foi tratada ao longo dos séculos. Para iniciar o autor cita o quadro *A calúnia de Apeles* (imagem abaixo) do pintor renascentista Sandro Botticelli. A obra é uma alegoria da justiça, onde é representado o julgamento de Apeles (homem sendo puxado pelos cabelos no chão). Do lado esquerdo da imagem, é possível ver duas figuras: A Verdade – uma mulher jovem nua de cabelos longos e braço esquerdo apontado para o alto – e a Calúnia – representada por uma mulher velha, com vestes pesadas e escuras –, que olha raivosa para a jovem despida (Marcondes, 2014).

No quadro podemos observar a oposição evidente entre os antônimos. O dedo da jovem apontado para cima, mostra uma realidade elevada, enquanto a velha se dobra em direção ao chão. Indicando que, enquanto a Verdade recorre aos céus e à sabedoria divina, a Calúnia é térrea e mundana.

Essa representação indica também como nos sentimos ao reagir com a verdade e com a calúnia. “Enquanto a verdade atrai admiração de quem a contempla, a mentira repele, afasta” (*ibidem*, pág. 11). Também podemos compreender como essa relação foi se estabelecendo com o passar do tempo no Ocidente.



A calúnia de Apeles (1495), de Sandro Botticelli.

Voltando séculos atrás, Danilo (2014) nos conta que Platão (427-347 a.C.) e Aristóteles (384-322 a.C.) procuravam definir a verdade a partir da sua relação com a realidade.

[...] a distinção entre verdadeiro e falso se aplica ao pensamento e à sua expressão linguística na medida em que eles visam estabelecer determinada relação com a realidade, que pode ou não corresponder a como as coisas, ou fatos, se dão na realidade (Marcondes, 2014, pág. 12).

Também acrescenta que Platão considera os sofistas como “produtores do falso”, pois para eles “todo discurso é verdadeiro, já que todo discurso fala de algo existente e não seria possível falar do nada” (*ibidem*, pág. 15).

Essa perspectiva de significado do termo é tratada pelo autor de verdade como correspondência. Seria verdade então, a adequação entre o pensamento – ou seja, a linguagem que expressa o pensamento – e a realidade que esse pensamento descreve. “Quando a relação descreve os fatos tais como são, temos então um pensamento ou uma sentença verdadeira” (*ibidem*, pág. 17)

Essa é apenas uma das formas de se observar a verdade segundo o autor. Ele também indica a verdade como coerência, que descreve nos seguintes termos:

Segundo a teoria da verdade como coerência, o critério de verdade de uma sentença que expressa uma crença é a sua coerência com um conjunto de

crenças de que ela faz parte. Isso equivale a dizer que a verdade se dá sempre no interior de um sistema, e considerar verdadeira uma crença envolve remetê-la a outras crenças que ela pressupõe, em relação às quais ela pode ser interpretada como verdadeira. A Verdade é uma relação interna a um sistema de crenças (Marcondes, 2014, pág. 22).

Se aproxima desta definição a verdade como consenso, que se determina mais pelo contexto histórico e cultural.

A noção de consenso se aplica ao período histórico e cultural em que se mantém essas crenças, ou seja, diz respeito ao conjunto de indivíduos que no contexto da sociedade de determinada época as aceita ou adota (Marcondes, 2014, pág. 26).

O livro também aborda a concepção pragmática da verdade, em que “podemos considerar uma hipótese verdadeira de acordo com os resultados alcançados em consequência de sua aplicação prática” (*ibidem*, pág. 31).

Já a verdade como redundância “trata-se apenas de uma reiteração da sentença, sem nenhum acréscimo a seu conteúdo ou a seu entendimento” (*ibidem*, pág. 32), em que o critério é o uso contínuo sem reflexão de uma palavra para determinado objeto.

Há também a mais tradicional compreensão da verdade como desvelamento, em que ela é o não-oculto. Porém para o autor, esse sentido também está entrelaçado com a correspondência. “O termo grego *alethéia*, que traduzimos por verdade, perde assim seu sentido originário de desvelamento, não esquecimento, e adquire o sentido de correspondência com o real” (*ibidem*, pág. 42).

Outra noção de verdade que se popularizou no início da Idade Contemporânea foi a metafórica. Foi o filósofo Friedrich Nietzsche (1844-1900) que contribui para essa concepção. Segundo Marcondes (2014), o filósofo analisa que a verdade é uma “metáfora extremamente-bem sucedida” (*ibidem*, pág. 39) em que graças a tradição mantida, acabam se esquecendo da origem arbitrária das definições. “Os conceitos e as palavras seriam apenas metáforas que em nada correspondem às entidades originais que pretendem representar cognitivamente” (*ibidem*, pág. 39). Na sua obra *Verdade e Mentira em sentido extramoral* (1873), Nietzsche disserta:

As verdades são ilusões das quais se esqueceu que são metáforas gastas que perderam a sua força sensível, moeda que perdeu sua efigie e que não é considerada mais como tal, mas apenas como metal (Nietzsche *apud* Marcondes, 2014, pág. 66)

O sentido jurídico do termo também é levado em consideração. Na concepção do autor, essa discussão de tipos de verdade cabe apenas à filosofia, pois na atividade prática é necessário que ela esteja bem estabelecida.

Nesse contexto, diferentemente do filosófico, as questões não podem permanecer em aberto enquanto se decide de que sentido de verdade se trata, nem se pode aceitar que juiz, promotor e advogado de defesa, por exemplo, tenham diferentes concepções de verdade. O objetivo de fazer justiça deve prevalecer, e, com esse objetivo estabelecido, o sistema jurídico prescreve uma série de princípios e regras procedimentais sobre como chegar à verdade (Marcondes, 2014, pág. 48)

Contudo, voltando novamente ao entendimento filosófico do termo, em particular, o sentido metafórico iniciado por Nietzsche, o estadunidense Richard Rorty, em seu livro *Contingência, Ironia e Solidariedade* (1992) observa que o filósofo promove uma autonomia do pensamento. Uma vez que ao romper com a ideia de que existe uma verdade metafísica que deveria ser alcançada – visão iniciada por Platão –, propõe que cada um de nós possamos criar nossas verdades.

Nietzsche esperava que, uma vez que percebêssemos que o ‘mundo verdadeiro’ de Platão era apenas uma fábula, fôssemos buscar consolação, no momento da morte, não a ter transcendido a condição animal, mas sim a sermos o tipo peculiar de animal mortal que, ao descrever-se a si próprio nos seus próprios termos, se criara a si próprio. Para ser mais exato, que teria criado a única parte de si que importava construir a sua própria mente. Criar a nossa mente é criar a nossa linguagem, em vez de deixar a extensão da nossa mente ser definida pela linguagem deixada por outros seres humanos (Rorty, 1992, pág. 52)

Essa concepção de Nietzsche ao se voltar à natureza das palavras para observarmos nossa relação com o mundo influenciou diretamente o Giro Linguístico, movimento que teve início no começo do século XX. A proposta era retirar a linguagem do papel de coadjuvante e colocá-la no centro da reflexão filosófica e investigação científica. Agora a busca era entender as limitações que as palavras utilizadas têm para descrever e compreender o mundo.

Ludwig Wittgenstein (1889-1951) teve papel determinante neste movimento. No seu livro *Investigações filosóficas* (2022), o autor amadurece o pensamento presente no título anterior, *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921). A obra trata do uso prático dos termos a depender dos contextos em que se enquadram. Aqui o autor nos explana o conceito de “jogos de linguagem”, que descreve sobre as diversas possibilidades que a linguagem tem para se comportar com o mundo e com nós. Essa abertura da linguagem possibilita uma gama infinita de interpretações que são definidas a partir do seu uso recorrente.

O filósofo Richard Rorty, citado anteriormente neste capítulo, também está em consonância com o apresentado por Wittgenstein e pela filosofia do Giro Linguístico. Ainda em sua obra *Contingência, Ironia e Solidariedade* (1992), Rorty disserta sobre como as palavras são fundamentais para entendermos nossa relação múltipla com o mundo. Com isso, entende a linguagem como contingência que não mais é do que uma construção diária para atribuir sentido às coisas.

A linguagem é algo que não existe, pelo menos se uma linguagem é algo como o que os filósofos supuseram. Não é, pois, algo que tenhamos de aprender ou dominar. Temos de abandonar a ideia de uma estrutura partilhada claramente definida, que os utilizadores de uma linguagem dominam e depois aplicam a casos...Devíamos abandonar a tentativa de iluminar o modo como comunicamos através do recurso a convenções (Rorty, 1992, pág. 37)

Nesse ponto o filósofo sugere que deveríamos “desdivinizar o mundo” (1992, 44), pois compreende que não existe sentido ontológico das palavras que deve ser descoberto. Essa ideia de revelação do sentido real de um termo deixa de lado as diversas interferências que o discurso sofre.

Nesse jogo, está também o conceito de “verdade”. Rorty (1992) esclarece que ela também é convenção fluída. Segundo o autor, é uma prática cotidiana que não deve buscar fundamentos sobre-humanos, mas que é encarada como tal a partir da sua aplicação. Assim, Rorty informa que “onde não há frases não há verdade, que as frases são elementos das linguagens humanas e que as linguagens humanas são criações do homem” (Rorty, 1992, pág. 25) – entendimento este que se aproxima do sofista, por pensar que todo o discurso é verdadeiro, pois ele trata de algo que existe, já que seria impossível falar do nada (Marcondes, 2014). Deste modo, o autor declara que “uma vez que a verdade é uma propriedade de frases, uma vez que as frases para existirem dependem de vocabulários e uma vez que os vocabulários são feitos por seres humanos, assim o são as verdades” (Rorty, 1992, pág. 44)

Contudo essa relativização da “verdade” não deve ser entendida como uma abertura do termo, capaz de não conseguir delimitar um significado exato. Pois, para o autor, se assim o fosse, não conseguiríamos manter a ordem discursiva necessária para a compreensão das coisas. Nesse sentido, Rorty (1992) também se volta ao termo “jogo de linguagem” para analisar que a “verdade” não parte de uma definição una e definitiva, mas sim, de uma cadeia que envolve uso e contexto.

A moral da história não é a de que os critérios objetivos para a escolha de vocabulário têm de ser substituídos por critérios subjetivos, que a razão tem de ser substituída pela vontade ou pelo sentimento. É, isso sim, que as

noções de critério e de escolha deixam de ter sentido quando se trata de mudanças de um jogo de linguagem para outro (Rorty, 1992, pág. 27)

Um ponto fundamental proposto por Rorty (1992) que ajudaria a sanar a problemática da “verdade” está na expansão do vocabulário. Segundo o autor, como nos expressamos sobre o mundo está interligado com a complexidade que atribuímos a ele. Para isso, adotar novas palavras que digam com fidedignidade aquilo que está sendo proposto em um discurso aumenta as chances da delimitação do significado dos termos. Sendo assim, a “verdade” acaba sendo utilizada de maneira desregular, perdendo o sentido que lhe foi atribuído e incrementando outros que em nada tem a ver com a sua finalidade.

A expansão do vocabulário poderia ser a solução para resolver esse impasse. Mas, justamente por essa fluidez, a “verdade” passa a ser compreendida e jogada de diversas maneiras, por se tratar de um termo-chave no cotidiano, em particular, nos cenários políticos. No texto *Verdade e Política* (1967) de Hannah Arendt essa questão é colocada.

São efectivamente muito ténues as possibilidades que a verdade de facto tem de sobreviver ao assalto do poder; ela corre o constante perigo de ser colocada fora do mundo, através de manobras, não apenas por algum tempo, mas, virtualmente, para sempre. Os factos e os acontecimentos são coisas infinitamente mais frágeis que os axiomas, as descobertas e as teorias – mesmo as mais loucamente especulativas – produzidas pelo espírito humano; ocorrem no campo perpetuamente modificável dos assuntos humanos, no seu fluxo em que nada é mais permanente que a permanência, relativa, como se sabe, da estrutura do espírito humano. (Arendt, 1967, pág. 6)

Esse pensamento se entrelaça ao de Jean-Pierre Faye (2009) – a que nos referimos no capítulo anterior–, sobre a Teoria do Relato. Arendt (1967) também se mostra preocupada com a mesma questão levantada por Faye, ao observar que a verdade factual é utilizada com manobras, que podem ser modificadas, contrariadas ou esquecidas. Por isso que a autora reforça que a “verdade” deve ser estabelecida com rigor, para que não haja brechas para essas alterações e conseqüente mudança de perspectiva histórica.

Por este motivo, Arendt (1967) analisa que deve haver uma diferenciação entre a opinião e a verdade. Para ela:

Ainda que se deva distingui-los, os factos e as opiniões não se opõem uns aos outros, pertencem ao mesmo domínio. Os factos são a matéria das opiniões, e as opiniões, inspiradas por diferentes interesses e diferentes paixões, podem diferir largamente e permanecer legítimas enquanto respeitarem a verdade de facto. A liberdade de opinião é uma farsa se a informação sobre os factos não estiver garantida e se não forem os próprios factos o objecto do debate. Por outras palavras, a verdade de facto fornece

informações ao pensamento político tal como a verdade racional fornece as suas à especulação filosófica (Arendt, 1967, pág. 11)

Com isso, nesse aspecto, Arendt (1967) propõe uma visão semelhante a de Rorty (1992), ao indicar como determinante o uso de outras palavras para informar sobre coisas diferentes e conservar o uso prático dos termos. Para a filósofa, esse desprezo pelo termo “opinião” é resultado da sua oposição à verdade, sendo vista como equivalente à ilusão. Porém, ela discorre que é “a opinião e não a verdade, uma das bases indispensáveis de todo o poder” (Arendt, 1967, pág. 7).

A autora também faz um adendo sobre como as verdades são transformadas em opiniões e vice-versa, como reação que visa substituir ou modificar os fatos históricos.

O que parece ainda mais perturbador é que as verdades de facto incómodas são toleradas nos países livres, mas ao preço de serem muitas vezes, consciente ou inconscientemente, transformadas em opiniões - como se factos como o apoio de Hitler pela Alemanha ou o desmoronamento da França diante dos exércitos alemães em 1940, ou a política do Vaticano durante a segunda guerra mundial, não fossem da ordem da história mas da ordem da opinião. (Arendt, 1967, pág. 10)

É com essa relação entre a “verdade” e sua aplicação política em mente que relembramos como é primordial fixar uma concepção de verdade no jornalismo para que ele cumpra seus requisitos éticos e morais de informar com precisão. No livro *Jornalismo, Fatos e Interesses* (2009) de Wilson Gomes, o comunicólogo também se mostra preocupado com a definição da “verdade”, e observa a dificuldade de expressar o mundo que a língua carrega. Para ele, “a língua é a limitação e a possibilidade de todo pensamento, e este só se estabelece no seu rastro, nos seus trilhos” (*ibidem*, pág. 24).

Mesmo ciente da fragilidade significativa que as palavras carregam, Wilson é firme ao delimitar que, assim como as outras palavras, a “verdade” deve ser compreendida com exatidão, principalmente, ao fazer jornalismo. “Só é notícia um ato verbal que comporte uma pretensão de verdade” (*ibidem*, pág. 11).

Assim como Arendt (1967), Gomes (2009) entende que existem dois núcleos que são corriqueiramente confundidos: a verdade e a opinião. A opinião, para o jornalista, se baseia na interpretação subjetiva de cada ser. Enquanto a verdade está atrelada à interpretação do fato, mas também ao grupo de testemunhas que envolvem o ato. É nessa linha que o autor responde: “O que seria, portanto, uma notícia verdadeira? Aquela sobre a qual deve ser possível um acordo universal

realizado por uma comunidade ilimitada da comunicação” (*ibidem*, pág. 64). Fica claro então, que a “verdade” também necessita de comprovações, principalmente quando ela vai ser divulgada em veículos da imprensa.

Mas, embora trate a “verdade” no singular, Wilson Gomes declara que ela está atrelada aos contextos socioculturais em que está inserida, sendo assim, uma “verdade” não exclui outras “verdades” de coexistirem. “Admitida a pluralidade de formas de vida, não há portanto como negar a seguinte proposição: não há verdade, mas verdades, cujas validades são relativas ao interior das fronteiras das respectivas formas de vida” (*ibidem*, pág. 42). Assim, reforça que a “verdade” está mais atrelada com os fatos, por se tratarem de ações concretas, e que um mesmo fato, pode ser enxergado de diversos pontos de vista – mas que, naturalmente como compreendido, precisa também ser justificado.

A sua comprovação se faz necessária para não cairmos em outro problema: o rumor. Quem disserta sobre isso é João Cezar de Castro Rocha, no seu livro *Bolsonarismo: da Guerra Cultural ao Terrorismo Doméstico* (2023), também referido anteriormente. “Na esfera íntima, o rumor naturalmente manteria seu império; contudo, somente fatos seriam admitidos no espaço coletivo de discussão” (Castro Rocha, 2023, pág. 361). Observando desta forma, é impossível parar a circulação de um rumor, mas ele não deve ser levado em consideração quando vamos discutir ou divulgar os fatos.

Contudo, o rumor tem ganhado cada vez mais espaço no debate público, e foi transformado em um material ainda mais danoso e com efeitos a longo prazo na sociedade. As notícias falsas foram se entranhando em cada parte do corpo social, até ganhar um espaço que embaralhou tudo o que compreendemos como “verdade”.

No livro *E a verdade os libertará - Reflexões sobre religião, política e bolsonarismo* (2022) de Ricardo Alexandre, é descrito sobre como o termo foi inúmeras vezes usado como arma retórica por Jair Messias Bolsonaro, antes e durante seu período como chefe do executivo nacional. O versículo bíblico “então conhecerão a verdade, e a verdade os libertará”, do livro de João 8.32, presente na Bíblia, foi uma das frases mais usadas por Bolsonaro ao longo da campanha presidencial de 2018, como também depois de eleito. Segundo o autor, a fala vinha compartilhada de versões diferentes daquelas divulgadas pela mídia tradicional.

Se dá então a pós-verdade. Segundo o Dicionário de Oxford (*apud* Alexandre, 2020, pág. 24), o termo é “relativo a ou denota circunstâncias nas quais fatos

objetivos são menos influenciadores na formação da opinião pública do que apelos à emoção ou à crença pessoal”. Alexandre (2020) exemplifica como essa ideia é posta em prática.

Na era da pós-verdade os fatos objetivos (que Azevedo tenha ou não sido torturado por Mourão, que Bolsonaro tenha ou não votado contra o Estatuto, que os livros tenham ou não sido comprados por órgãos públicos ou que tenha ou não existido o ‘Kit Gay’) importam menos que os apelos às nossas emoções ou crenças pessoais. O que há são ‘pedaços’ de ângulos da verdade (o fato de Bolsonaro e Mourão citem Ustra como referência ou que uma biblioteca pública de Araraquara tenha carimbado um livro inadequado como parte do acervo), e eles já são suficientes para nos manter escravos do que Bolsonaro chamou em pleno Congresso de ‘nossas verdades’ (Alexandre, 2020, pág. 24).

Desta forma, chegamos em um ambiente ainda mais estreito de definição do termo, onde os fatos foram banalizados e é a opinião que desenha a “verdade” – e não o contrário, como até então era costumeiro imaginar. É nesse cenário que corremos ainda mais riscos de sermos cegados por “narrativas”, vocábulo que também foi popularizado nos últimos anos (Alexandre, 2023). Observaremos agora esse movimento global, que influenciou a política e acordou a Guerra Fria adormecida.

5 O GOVERNO BOLSONARO

O período em que Jair Messias Bolsonaro esteve como Presidente da República Brasileira inflou a polarização que caminhava com vigor desde 2013. Característica esta que é reflexo de um processo global de disputas ideológicas entre dois eixos opostos de movimentos políticos, que delimitam e reforçam disputas diplomáticas, ou não.

5.1 UMA ONDA GLOBAL

Para entendermos o fenômeno bolsonarista precisamos nos voltar ao conceito de Guerra Cultural. Segundo João Cezar de Castro Rocha no seu livro *Guerra Cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-apocalíptico* (2021) o termo “implica um entendimento fundamentalista do mundo, cujo corolário é a eliminação pura e simples de tudo que seja diverso” (2023, pág. 115). Logo depois, o autor também se volta ao termo no título *Bolsonarismo: da Guerra Cultural ao Terrorismo Doméstico* (2023), onde indica que Guerra Cultural é “uma matriz de produção em série de narrativas polarizadoras cuja radicalização crescente engendra sem trégua inimigos imaginários, mantendo a militância em estado permanente de excitação” (2023, pág. 19).

A pauta dos costumes é a mira dessa militância eufórica. Ainda de acordo com Castro Rocha (2023), o debate público se volta a questões de interesse privado, se baseando em um “falso moralismo” (2023, pág. 20). Enquanto os costumes são a mira, a arma tem sido a “produção industrial de fake news e de teorias conspiratórias com a finalidade de obter ganho político imediato” (2023, pág. 22).

Porém, como bem nos informa Castro Rocha (2023), esse aspecto não aparece apenas no Brasil. Trata-se de um fenômeno global que disparou a partir da década de 2010. No livro *Ruptura: A crise da democracia liberal* (2018), Manuel Castells nos mostra alguns dos motivos que fizeram a população desacreditar nas instituições, e por isso, deixa os regimes democráticos mais frágeis e suscetíveis a ataques.

Castells (2018) nos explica que a ruptura ocorre tanto em nível emocional quanto cognitivo. A democracia que se estabeleceu no século XIX e XX contra

Estados Autoritários decaem gradualmente e perdem legitimidade. Para o autor, trata-se de uma ruptura da relação entre governantes e governados, em que o modelo de representação não mais funciona. No livro é levantado um dado preciso para entender esse sentimento que aflora na população mundial.

Mais de dois terços dos habitantes do planeta acham que os políticos não os representam, que os partidos (todos) priorizam os próprios interesses, que os parlamentos não são representativos e que os governos são corruptos, injustos, burocráticos e opressivos (Castells, 2018, pág. 11)

Desta forma, o laço criado é motivo de suspeita por parte da população, que não mais acredita na efetividade do sistema democrático.

Porque a força e a estabilidade das instituições dependem de sua vigência na mente das pessoas. Se for rompido o vínculo subjetivo entre o que os cidadãos pensam e querem e as ações daqueles a quem elegemos e pagamos, produz-se o que denominamos crise de legitimidade política; a saber, o sentimento majoritário de que os atores do sistema político não nos representam (Castells, 2018, pág. 10).

Desta forma, o título acrescenta que junto a essa, ocorre também a crise identitária, como resultado da globalização (2018). “A identidade política dos cidadãos, construída a partir do Estado, vai sendo substituída por identidades culturais diversas, portadoras de sentido para além da política” (2018, pág. 15), informa Castells. A mistura cultural que aparece com a globalização abala a compreensão do mundo e, devido ao terrorismo de origem islâmico-fundamentalista e o contraterrorismo dos Estados, surge então a Política do Medo (Castells, 2018). Há um sentimento constante de alerta sobre os impactos que outras nações podem nos causar e a perda da nossa identidade. Castells explica:

O temor da globalização incita a buscar refúgio na nação. O medo do terrorismo predispõe a invocar a proteção do Estado. O multiculturalismo e a imigração, dimensões essenciais da globalização, induzem o chamamento à comunidade identitária (Castells, 2018, pág. 29)

É nesse cenário de crises democráticas e identitárias que a Guerra Cultural se estabelece. Contudo, João Cezar de Castro Rocha nos informa no livro *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-apocalíptico* (2021) que esta não é uma característica recente. O passar do tempo provoca o sentimento de vigilância com as novas correntes que surgem, e as colocam no campo de batalha da Guerra Cultural.

A ideia de modernidade é indissociável da sucessão de guerras culturais, já que o presente muito em breve será o passado do futuro que se avizinha e, desse modo, será contestado pelo novo presente que será muito em breve formado. Na conceituação de Reinhart Koselleck, estamos às voltas com a relação complexa entre ‘espaço de experiência’, associado ao passado, e ‘horizonte de expectativas’, que se abre ao futuro. O presente, cabo de

guerra inesperado, resulta da tensão desses dois polos (Castro Rocha, 2021, pág. 126)

Castro Rocha também reitera essa concepção no seu título de 2023. Explicando que:

Uma vez que se inaugura uma concepção do tempo que implica uma diferença qualitativa entre passado, presente e futuro, não somente a ideia de novidade se torna dominante, como também a disputa de valores se torna por isso mesmo inevitável (Castro Rocha, 2023, pág. 131)

Nesse caldo que mistura as disputas da Guerra Cultura e a crise democrática e identitária, várias movimentações políticas aparecem como resposta. Tomaremos como exemplo a ascensão de Donald Trump na Presidência dos Estados Unidos da América, em 2017 (reeleito para mais um mandato em 2024, após quatro anos).

Castells (2018) indica que desde o início, Trump se apresentava acima do “establishment” – termo que descreve a elite dominante que controla a política, economia e a mídia – e voltado diretamente para o povo. A rejeição do seu próprio partido reforçou a estratégia de se mostrar livre de vínculos (*ibidem*). Com declarações escandalosas e polêmicas, o ex-presidente americano se mantinha sempre nas redes sociais e meios de comunicação sem a necessidade de pagar por eles (*ibidem*). O autor também informa que qualquer crítica ou opinião contra Trump era respondida com desprezo, mentiras e ataques pessoais, inaugurando o modelo presidencial de comunicação via Twitter – atual rede social X.

Desta forma, paradoxalmente, Trump se aproximou do discurso antiglobalização e antiguerra tradicional da esquerda. “Trump identificou a globalização como inimigo do povo, ecoando um sentimento geral, sobretudo entre os trabalhadores” (Castells, 2018, pág. 32), pois via que um dos resultados do fenômeno era a “‘correção política’ das elites cosmopolitas que haviam monopolizado a política, a cultura e a economia do país” (*ibidem*, pág. 31).

Com esse discurso, Trump cativou os estadunidenses “esquecidos do sistema” (Castells, 2018, pág. 34), localizados em áreas rurais e pequenas cidades do Meio-Oeste e do estado da Flórida, e conseguiu vencer a eleição de 2016 contra Hillary Clinton. Mesmo a candidata obtendo um total de votos maior do que o de Trump, para Castells (2018), o obsoleto sistema do Colégio Eleitoral nos Estados Unidos deu uma margem de vitória confortável a Trump.

E como tudo que “acontece nos EUA, acontece no Brasil”¹, Jair Bolsonaro copiou várias das estratégias utilizadas por Trump e as adaptou para o clima brasileiro. Segundo Castro Rocha (2023), “o trumpismo e o bolsonarismo converteram-se em seitas seculares” (pág. 28). Contudo, antes de observar com detalhes como essa seita funciona e suas características retóricas para intensificar o ambiente de crises e guerras, iremos nos atentar para a construção desse terreno.

5.2 A ASCENSÃO

A chegada de um representante da extrema direita no mais alto cargo do executivo brasileiro não foi por acaso. Bolsonaro ganhou projeção tendo em vista a marca que se arrastava pelo país após a Ditadura Militar. Em *Biografia do abismo: como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil* (2023), Felipe Nunes e Thomas Traumann pontuam que “a redemocratização a partir de 1985, o mais longo período de liberdade do Brasil, é uma exceção numa longa história de intolerância, eleições fraudadas, repressão política e censura à imprensa” (pág. 12).

Contudo, após a eleição para presidente em 2002, quando Lula conquistou o cargo, essa ferida foi se abrindo. Castro Rocha, no livro *Bolsonarismo - da guerra cultural ao terrorismo doméstico* (2023), nos informa que:

Sem maiores suspenses: entre os anos de 2002 e 2016, a presença, democrática e legítima, de um partido de esquerda no governo federal, permitiu o estabelecimento de uma associação nova: ser oposição ao sistema, ao establishment, passou a significar assumir posições de direita. Pouco a pouco os tristes trópicos assistiram à formação de um tipo improvável: o conservador revolucionário, no milagre da proliferação de oxímoros, autêntica “máquina engenhosa e disparatada”: arcaísmo e novidade, conservadorismo e revolução. (Castro Rocha, pág. 128)

Surgia assim essa curiosa oposição ao sistema, que se utilizava da contradição “conservadorismo revolucionário” para ir contra as políticas propostas por governos de esquerdas, eleitos democraticamente. Essa característica é resultado também de relações geopolíticas que dividiram o mundo na diáde esquerda e direita (Bobbio, 1995), além da utilização de uma régua moral. Diz

¹ Me refiro aqui ao tweet publicado por Eduardo Bolsonaro, filho 03 de Jair Messias, no dia 31 de maio de 2020. Disponível em:< <https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1267085345528692737>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2025.

Castro Rocha em *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-apocalíptico* (2021):

O anticomunismo de almanaque de Guerra Fria foi o primeiro passo na ascensão da nova direita, fenômeno que ampliou seu alcance por meio da adesão irrestrita à denúncia de uma hipotética ideologia de gênero. (Castro Rocha, pág. 112)

E, assim como Trump, Bolsonaro se sobressaiu nesse cenário ao se vender como um político fora do *establishment* – atribuído às governanças que detinham o poder do país, nesse caso, a esquerda, representada por Lula. Cria-se então um clima antipolítica, que se coloca oposto a política vigente. Como bem nos informa Castro Rocha (2023): “vendido como o único político antissistêmico, a franquia-Bolsonaro foi a grande beneficiária das manifestações iniciadas em 2013 e que culminaram no afastamento da presidente Dilma Rousseff em 2016” (2023, pág. 23).

Nunes e Traumann (2023) também reforçam essa perspectiva ao analisar que Bolsonaro tomou o lugar do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), representante do antipetismo tradicional. “É nesse contexto que o centro político explode, fragmenta-se, e Bolsonaro aparece como a alternativa mais viável eleitoralmente para aplacar a raiva contra a política” (2023, pág. 14). Os autores também acrescentam sobre a tendência global em que o político está inserido.

Essa polarização extrema é um fenômeno umbilicalmente ligado à volta do populismo mundial, o conceito que entende o antagonismo político como o confronto entre o bem (o povo) e o mal (as elites) e coloca o centro do debate no âmbito moral, em detrimento de plataformas e propostas políticas (Traumann, 2023, pág. 15).

Essa perspectiva de “bem e mal” é fundamental para entender outra característica chave para a ascensão de Jair Messias Bolsonaro: a religião. Com o discurso anti políticas e a tensão de uma permanente Guerra Fria, o terreno já estava fecundo para a extrema direita. Mas foi com o uso da religião que essa ideia se enraizou na mente, em busca do novo salvador.

5.2.1 O Messias

A influência magnética de Jair Bolsonaro é comentada pelo jornalista Ricardo Alexandre, no título *E a verdade os libertará: reflexões sobre política, religião e*

bolsonarismo (2020). O autor nos explica como que o político se estabeleceu como um messias na visão dos cristão evangélicos.

A construção da imagem messiânica de Bolsonaro é idêntica à de muitos líderes evangélicos, supostamente separados desde a eternidade para sua missão, preservados por Deus de milagre em milagre, de livramento em livramento, cujas palavras não precisam de provas ou números porque vêm de Deus e, no fim das contas, jamais poderão ser compreendidas pelos inimigos da verdade e pelas pessoas sem fé e sem visão (Alexandre, 2020, pág.27)

Assim, Bolsonaro consegue se resguardar de qualquer crítica e oposição, por ter se firmado no imaginário das pessoas como o “porta-voz de Deus para alguma revelação” (2020, pág. 21). E, segundo Alexandre (2020), essa imagem começou a se consolidar a partir da tentativa de homicídio em setembro de 2018, quando Bolsonaro sofreu uma facada no abdômen em um comício realizado em Juiz de Fora, Minas Gerais. Adélio Bispo, autor do ataque, foi preso em flagrante. Em 2023, o ocorrido completou cinco anos². No seu perfil do X, Bolsonaro e seu filho Eduardo relembaram o evento e, em suas colocações, reforçaram o que já foi observado por Alexandre: a facada foi utilizada para reafirmar a missão concedida por Deus a Bolsonaro.

Em sua postagem, Bolsonaro disse “pedi a Deus para que a minha filha, Laura, então com 7 anos, não ficasse órfã”. Segundo ele, Deus o atendeu, mas cobrou um preço alto: “a Presidência da República exercida com patriotismo e honestidade”. E complementa: “nesses 4 anos, com grande parte do nosso povo, redescobrimos o Brasil”.

Essa concepção é reforçada na postagem do chamado “filho 03”, Eduardo, que explica a razão divina para o pai ter sobrevivido. “Jair Bolsonaro só não morreu por um milagre de Deus, que o permitiu seguir sua missão”, afirma.

O *storytelling* estava criado. Para Alexandre (2020), o acontecimento “ajudou a sedimentar na mente de muitos de seus seguidores a imagem messiânica de um político que havia sido livrado da morte por Deus para reconduzir o Brasil à ordem e ao progresso” (*ibidem*, pág. 27). Assim, Messias se transformava em um “Ungido do Senhor” e “quem critica o presidente está ‘torcendo contra’; quem o fiscaliza é ‘inimigo do Brasil’; quem é cristão deve guardar suas denúncias para si e apenas orar” (pág. 82).

² **Bolsonaro e apoiadores relembram 5 anos da facada.** Poder 360. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/bolsonaro-e-apoiadores-relembam-5-anos-da-facada/>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2025.

Em um país em que o número de cristãos evangélicos cresce a cada dia, a necessidade de uma liderança enviada por Deus se justificava e se tornava oportuna. Segundo estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2021, existiam no Brasil 85,5 mil igrejas evangélicas com CNPJ. O número representa sete em cada 10 estabelecimentos religiosos formalizados no país³. Se levarmos em consideração os templos não formalizados, esse número é ainda maior.

Alexandre (2020) destaca que já no início da década de 1990, na primeira Marcha para Jesus, o público evangélico sonhava em obter representação política. E Bolsonaro conseguiu cumprir essa expectativa, dialogando com os medos e receios deste grupo religioso.

Construindo sua imagem à semelhança de líderes religiosos carismáticos de tantas igrejas evangélicas brasileiras, Jair Bolsonaro se vendeu como o porta-voz da verdade: o escolhido livrado da morte para salvar o Brasil; aquele que, a despeito de seu despreparo, contava com Deus para capacitá-lo; o único com a coragem de interromper o avanço das minorias e proteger os crentes dos perigos do ‘mundo’. Depois de meses e anos investindo nessa construção, colheu exatamente o que colhem esses líderes religiosos: a submissão incondicional (Alexandre, 2020, pág. 38)

Se atente ao termo “porta-voz da verdade”. Bolsonaro tinha a missão de proteger os valores cristãos ao passo em que revelava a “verdade” sobre os reais interesses em torno da política e áreas correlacionadas. Para Alexandre (2020), mesmo se utilizando de símbolos e narrativas cristãs, não é na Bíblia que Bolsonaro se inspirou, mas sim em propagandas de regimes autoritários.

Com o populismo religioso endossando a revolução conservadora panfletada por Bolsonaro, o político atizou os ânimos e alimentou um discurso de ódio pelo grupo oposto (Alexandre, 2020). Surgia assim o bolsonarismo.

5.3 O BOLSONARISMO

Os seguidores do bolsonarismo são guiados pelo ódio a inimigos comuns, que buscam sedimentar as diferenças que os separam. No título *Bolsonarismo - Da guerra cultural ao terrorismo doméstico* (2023), Castro Rocha descreve o grupo:

³ BALLOUSSIER, Ana Virginia. **Templos evangélicos crescem 228% em duas décadas e dominam cena religiosa.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/12/templos-evangelicos-crescem-228-em-duas-decadas-e-dominam-cena-religiosa.shtml>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2025

Como caracterizar o bolsonarismo? Trata-se de um movimento político de massas, com incomum capacidade de instrumentalizar o ressentimento coletivo e a pulsão antissistêmica, mantendo seus apoiadores em estado de mobilização permanente por meio da retórica do ódio e da invenção de inimigos em série. É um movimento não somente autoritário, como também fundamentalista, já que não admite a presença da alteridade, pois todo aquele que não seja espelho das convicções do líder torna-se um inimigo interno a ser imediatamente eliminado (Castro Rocha, 2023, pág. 149).

No dia 21 de setembro de 2018, Bolsonaro deixou clara em seu discurso, realizado na Avenida Paulista, a guerra contra o inimigo que precisava ser eliminado: a “petralhada” – termo que se refere ao Partido dos Trabalhadores (PT) e aos petistas. O político afirma que representa o “Brasil de verdade” e dá indícios de que além da violência verbal, há uma ameaça à violência física.

Nós somos a maioria. Nós somos o Brasil de verdade. (...) Petralhada, vai tudo vocês pra ponta da praia. Vocês não terão mais vez em nossa pátria porque eu vou cortar todas as mordomias de vocês. Vocês não terão mais ONGs para saciar a fome de mortadela de vocês. Será uma limpeza nunca vista na história do Brasil. (Bolsonaro *apud* Castro Rocha, 2021, pág. 116)

A retórica do ódio alimentada por Bolsonaro visa derrotar as “narrativas do establishment”, exemplificadas no momento como o PT e seus integrantes. Para Castro Rocha, “o passo definitivo [do bolsonarismo] exige eliminar a esquerda ‘infiltrada’ no aparelho estatal. Logo, se a ditadura alvejou indivíduos, o bolsonarismo é ainda mais radical e busca destruir por dentro as universidades e as instituições culturais” (2023, pág. 51).

O discurso de ódio distanciou o convívio entre pessoas do espectro da direita e da esquerda, fazendo a opinião pública passar por uma crescente “bolhificação”. Segundo Felipe Nunes e Thomas Traumann, no livro *Biografia do abismo: como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil*, o fenômeno é “um processo no qual os brasileiros estabelecem contato quase exclusivo com pessoas que pensam de maneira similar sobre política, formando as chamadas ‘bolhas’” (2023, pág.24).

Os autores afirmam que além disso, os brasileiros passam também por um processo de “calcificação”. O termo corresponde ao engessamento das opiniões políticas, que se tornam parte da identidade de cada eleitor (Traumann, 2023).

A calcificação, como o nome já sugere, deixa ainda mais impenetrável a visão política do eleitor. Desta forma, a população — desconfiada dos reais interesses dos fatos apresentados pelos veículos de comunicação sobre os seus candidatos —

se recusam a acreditar no que é noticiado. A prática é conhecida como “Viés de Confirmação”. Nunes e Traumann (2023) explicam:

Esse fenômeno de desvio ou recusa é conhecido como ‘viés de confirmação’, termo criado pelo psicólogo inglês Peter Wason, e se refere à tendência de interpretar os fatos de maneira a aceitar apenas as crenças preexistentes (Traumann, 2023, pág. 55).

O fenômeno do Viés de Confirmação não leva mais em conta os fatos apresentados, pois o que importa é a ideologia enrijecida. Nunes e Traumann (2023) nos explicam que tudo passa a ser relativizado, a depender do lado que você está.

Toda ação da Justiça para tentar limitar a disseminação de notícias falsas era imediatamente atacada como forma de ‘censura’, uma tática usada particularmente pelo bolsonarismo no Brasil para reforçar aos olhos de seus eleitores que a Justiça estava sendo parcial contra o candidato (Traumann, 2023, pág. 55)

Contudo, apesar da tática ser particularmente usada pelo bolsonarismo (Traumann, 2023), os fenômenos da Bolhificação, Calcificação e Viés de Confirmação também aparecem nos grupos mais alinhados à esquerda. Essas características, que separam os opositores políticos do debate público, são as mesmas que os assemelham.

Com isso em mente, propomos comparar neste trabalho como a retórica utilizada por veículos de comunicação destes dois opostos espectros políticos – durante os anos de tensão enquanto Bolsonaro era Presidente da República Brasileira – podem se aproximar. Já que ambos possuem um objetivo em comum: mostrar para os leitores a suposta “verdade”, última e definitiva, sobre o mundo.

6 ANÁLISE

Após entendermos o uso político massivo dos meios de comunicação como elemento fundamental na construção de sociedades tanto democráticas quanto autoritárias, observarmos como a linguagem totalitária se estabelece e percebermos as diferentes formas de atribuir significado à palavra “verdade”, iremos agora analisar o nosso objeto de estudo. Para esta pesquisa, utilizaremos o método da Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin. Em seu livro *Análise de conteúdo* (1977), a autora descreve a descendência estadunidense do método. Após a 2ª Guerra Mundial, os Estados Unidos passaram por uma efervescência de estudos com o objetivo de desmascarar propagandas subversivas. Posteriormente, o método atravessa o oceano Atlântico e é aprimorado na França.

A principal característica da Análise de Conteúdo é sua inferência, que se estabelece entre a descrição e a interpretação da mensagem (1977, pág. 165). Segundo Bardin, a análise é:

Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a "discursos" (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas — desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos — é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. (BARDIN, 1977)

Assim sendo, a análise busca compreender além dos significados imediatos que são expressos em uma primeira leitura. Uma vez que seus objetivos estão estabelecidos na “superação da incerteza” e o “enriquecimento da leitura” (1977, pág. 35) do material escolhido. Para isso, a autora descreve que é necessário seguir quatro etapas na análise. São elas: a organização da análise, a codificação, a categorização e, por fim, a inferência.

No primeiro momento organizamos o material que seria estudado. Essa etapa possui três fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos, e interpretação. De início tínhamos em mente o interesse nas semânticas das palavras, sobretudo as que são, na maioria das vezes, termos chaves no discurso político. Na pesquisa, tivemos o contato com o jornal recifense “A Verdade”, em que estabelecemos uma “leitura flutuante” do material do seu site. Após isso, observamos a semelhança discursiva com mídias associadas à direita no espectro político brasileiro e optamos por escolher outro material para a comparação: a revista “A Verdade”, do Jornal da Cidade Online (a homonímia nos

pareceu significativa para os interesses desta investigação). Assim, levantamos a hipótese que guia esta pesquisa: quais as divergências e convergências entre o jornal e a revista A Verdade quanto ao significado do termo dentro dos seus editoriais? Segundo Bardin, a hipótese é uma suposição, que tem origem na intuição e precisará ser submetida a provas (1977, pág. 128). Com isso em mente, codificamos os materiais escolhidos.

Para analisar o discurso que fundamentava a escolha do título em ambos os jornais, utilizamos como “análise de registro” (Bardin, 1977) os editoriais dispostos em seus sites. O gênero jornalístico Editorial foi escolhido por se categorizar como um artigo de opinião que apresenta a posição de um grupo, no caso, a posição dos veículos analisados. Além da categoria escolhida, também foi feito um recorte temporal referente a “unidade de contexto” (*ibidem*), escolhendo todos os materiais disponíveis nos sites dos dois objetos de estudos, entre os anos de 2019 e 2022, período em que a polarização entre a direita e à esquerda chegava ao seu auge, em grande parte motivada por Jair Messias Bolsonaro, Presidente à época.

Com isso em mente, categorizamos o material. No total, foram estudados 121 editoriais da revista “A Verdade” e 51 do jornal “A Verdade”, ambos disponíveis em seus sites. Os textos do jornal foram lidos entre os meses de dezembro de 2022 e janeiro de 2023, enquanto que os da revista foram entre março e julho de 2023. Devido ao alto número de material coletado, que abre possibilidade para estudos diversos, resolvemos afinar a pesquisa e analisar um editorial que represente cada veículo, possibilitando demarcar a ordem discursiva e a confluência entre os objetos.

Assim, buscamos a inferência do material coletado para que possamos observar como a mensagem – no caso, os editoriais selecionados – representam os emissores – os dois veículos escolhidos para a análise. Nesta concepção, estaremos analisando assim a enunciação do material. A análise da enunciação (Bardin, 1977) “apoia-se numa concepção da comunicação como processo e não como dado. Funciona desviando-se das estruturas e dos elementos formais” (*ibidem*, pág. 217). Desta forma, compreende-se que o discurso (que aqui, para Bardin, significa toda comunicação estudada) é um produto inacabado, com contradições, incoerências e imperfeições. Para tal, a análise só é possível pela influência teórica e metodológica que respalda a afirmação.

Observamos assim que a análise de conteúdo não está estabelecida na primeira leitura da mensagem, mas sim no seu sentido em segundo plano (1977,

pág. 47). E junto com o estudo da enunciação, pretende-se assim analisar o material selecionado entendendo-o como construção discursiva de ambos os veículos. Para Bardin (1977, pág. 15) “a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade”. Pelo potencial de se adaptar às regras estabelecidas pelo próprio pesquisador, escolhemos a Análise de Conteúdo.

A revista e o jornal A Verdade, embora antagônicos em sua interpretação do mundo, se chocam nos artifícios retóricos que usam para convencer seus leitores. Começaremos então descrevendo nossos objetos de estudo.

6.1 A REVISTA

A revista A Verdade faz parte do Jornal da Cidade Online (JCO). No tópico “Sobre Nós” presente no endereço do jornal, podem ser acessadas as páginas: “Expediente” – onde informa o jornalista José Tolentino como o editor do veículo –, “Institucional”, “Política de Privacidade”, “Aplicativo do JCO”, “Ajude o JCO”, “Central do Assinante”, “Contato”, “Anuncie” e “Desativar notificações”. Segundo a seção “Institucional”⁴ o site tem origem no semanário Jornal da Cidade, que iniciou em 1978 em Campo Grande, cidade do Mato Grosso do Sul. Após circular por duas décadas, o veículo fez uma pausa e retornou ao seu trabalho em 2007, agora funcionando apenas na internet, como Jornal da Cidade Online. Ainda segundo a página, a atual sede do veículo está localizada no Rio Grande do Sul, mas possui alcance nacional com suas publicações que tem o “comprometimento com a análise dos fatos, material opinativo, pluralidade e compromisso com a verdade”.

Na aba “Aplicativo do Jornal da Cidade Online”⁵ há disponíveis os links para download do aplicativo e um informe sobre os usuários terem livre acesso ao conteúdo do jornal e da revista. “Com isso [a assinatura], estarão colaborando decisivamente para que o JCO sobreviva aos ataques do Sistema. Com a sua ajuda, vamos vencer!”, esclarece o texto presente na seção.

Complementando esta ideia, a aba “Ajude o JCO”⁶ traz que “em tempos de ‘censura’, precisamos da ajuda do nosso leitor. Ajude o Jornal da Cidade Online a

⁴ **Institucional.** Jornal da Cidade Online. Disponível em: <<https://www.jornaldacidadeonline.com.br/paginas/institucional>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2025.

⁵ **Aplicativo do Jornal da Cidade Online.** Jornal da Cidade Online. Disponível em: <<https://www.jornaldacidadeonline.com.br/paginas/aplicativo>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2025.

⁶ **Ajude o JCO.** Jornal da Cidade Online. Disponível em: <<https://www.jornaldacidadeonline.com.br/paginas/pix>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2025.

continuar o seu trabalho árduo em defesa da verdade”. Abaixo dos dizeres, segue chave-pix e link que direciona à assinatura do jornal e da revista.

No link podemos ter acesso ao botão que encaminhará para assinatura, vídeo de lançamento da revista, pacotes de apoio ao jornal, espaço com “Perguntas frequentes” e o texto “Por que assinar?”⁷. No texto, conseguimos compreender as motivações da revista.

O Brasil e o ocidente em geral passam por um momento obscuro. A liberdade de expressão e de imprensa vêm sendo atacadas não apenas pelas esferas do poder institucional, mas também por organizações anônimas. O objetivo de calar todas as expressões do conservadorismo e do liberalismo avessos ao socialismo e ao comunismo é claro. Os ditadores hipócritas, vendidos pela extrema imprensa como defensores da democracia, vêm promovendo um massacre aos veículos de mídia alternativa que bravamente se opõem às suas narrativas mentirosas. A turma supostamente democrática é absolutamente incapaz de conviver com o contraditório. É preciso calar todos aqueles com quem (sic) discordam, porque sabem que não há como refutá-los. Porque temem a Verdade. Entretanto, temos convicção de que suas ambições serão frustradas. Mostraremos àqueles que, através de suas narrativas torpes, acreditaram ingenuamente ser capazes de calar o Jornal da Cidade Online por meio da chantagem e do boicote, que não dependemos das empresas covardes que se curvam aos ideopatas e patrulheiros digitais. Mostraremos que não dependemos do apoio de ninguém, a não ser do nosso fiel público leitor, que confia no jornalismo feito com seriedade por toda nossa equipe. Mostraremos que as pessoas inteligentes não caem mais nos contos da bolha progressista e da mídia mainstream. Mostraremos que quanto mais nos atacam, mais fortes nos tornamos. Este é um recado aos detratores e um agradecimento antecipado aos cidadãos que colaboram com a manutenção da imprensa independente deste país. (POR QUE ASSINAR?)

A revista iniciou suas publicações semanais em setembro de 2020. Enquanto o portal do Jornal da Cidade Online tem conteúdo livre, para ter acesso à revista é necessário fazer uma assinatura de 11,99 reais por mês. Disponível apenas de forma online no site o aplicativo do JCO. Além destes, o portal também está presente em várias plataformas com conteúdos multimídias. Sendo elas: Facebook, Twitter, Instagram, Messenger, Telegram, Youtube, Rumble e GETTR.

6.1.1 O Editorial

Após sabermos sobre a ideologia e objetivos da revista, iremos nos voltar ao conceito de “verdade” dentro dos seus editoriais. Para isto, escolhemos o título “A

⁷ **Apresentação.** Jornal da Cidade Online. Disponível em: <<https://assinante.jornaldacidadeonline.com.br/apresentacao>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2025.

máquina do ódio que ataca o Brasil”, de autoria da Redação, publicado dia 24 de maio de 2021, na Edição 038. Leremos:⁸

“A máquina de ódio que ataca o Brasil



Forças perversas têm conspirado contra o governo Bolsonaro desde o início, um mecanismo de ódio, queima de reputação e mentiras, pronto para disparar contra aqueles que se opõem às suas intenções. Mais do que saber como funciona o

⁸ Por motivos estéticos, optamos por colocar desta forma os textos e imagens dos referidos editoriais.

sistema, o grande desafio é descobrir como combater esse verdadeiro câncer, que se espalha como metástase em diversos segmentos da sociedade.

Se você é jornalista, tem que reproduzir o discurso do establishment, ou então é violentamente atacado, como aconteceu com a jornalista Berenice Leite, da TV JCO. De forma corajosa, ela enquadrou os senadores Renan Calheiros e Randolfe Rodrigues, fazendo as perguntas que estão engasgadas na garganta do povo. Mas, isso lhe custou um preço alto: foi xingada e até ameaçada em suas redes sociais. Em entrevista exclusiva à TV Jornal da Cidade Online, ela comentou o caso, e disse que não vai desistir de levar a verdade para o povo.



Jornalista Berenice Leite - Divulgação

O caso ocorrido com a jornalista Berenice Leite não é o único, na verdade, faz parte de um mecanismo maior, como explica de maneira muito clara o professor Carlos Ferraz, doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e atualmente professor da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

‘Hoje está escancarada a existência de uma espécie de ‘mecanismo’, de uma série de arranjos preestabelecidos, os quais operam em harmonia, como se fossem coordenados a partir de uma mentalidade central. E esse mecanismo não se limita a alguma área em específico. Ele não se restringe, por exemplo, à mídia. Ele fez metástase em diversas instituições, como nos ambientes de ensino, na mídia vetusta e desacreditada, na política, etc. O que aconteceu com a jornalista Berenice Leite, por exemplo, ocorre com todo aquele que ousa romper com a narrativa

dominante, independentemente da instituição da qual ele faça parte. Dada minha formação, sou testemunha do que ocorre especialmente na universidade. Todo aquele indivíduo, seja professor, seja estudante, que ouse levantar questões consideradas 'heréticas' ou busque pela verdade, é imediatamente transformado em pária. Eles não querem a verdade. Querem apenas impor, com violência, sua narrativa. Desde a eleição do presidente Bolsonaro temos sido testemunhas de como 'forças perversas' têm, diuturnamente, conspirado contra o governo. Se observarmos o cenário geopolítico, fica claro que esse mecanismo não é local, mas internacional, envolvendo grandes fundações e instituições 'globalistas', como ONU, Open Society, Fundação Bill & Melinda Gates, Fundação Rockefeller, etc; sem falar na Big Tech, na Big Pharma e na Big Media, as quais também querem um presidente alinhado com suas pautas. Não estamos discutindo com quem deseja a verdade, mas com aqueles que usam a mentira como estratégia política para impor sua narrativa', ressaltou Ferraz.

A imprensa é a arma mais poderosa - Stalin

A jornalista Camila Abdo também já foi vítima da mídia virulenta mais de uma vez.

'Em uma das matérias, até presa fui, sem nunca ter passado na porta de um presídio. Em outra, contaminei a minha avó com a peste chinesa, mesmo sem vê-la desde fevereiro de 2020 e, com tantos ataques, foi premiada com a visita da Polícia Federal e contemplada em um inquérito nomeado de 'atos antidemocráticos', atos estes que (sic) nunca participei, nunca incentivei ou tive conhecimento de sua existência', revelou.

Para Abdo, a imprensa que antes tinha por obrigação fiscalizar o Estado, defender a verdade e informar, hoje age como inimiga da sociedade de bem, das famílias e da religião.

'Chora a morte de traficantes, questiona por que só um policial morreu e se cala com um atentado que vitimou bebês e professores em uma creche. Se ajoelharam para uma política global de pensamento único e se valem do 'sigilo da fonte' para, impunemente, assassinar reputações até mesmo cometendo crimes. Muitas vezes,

essa 'fonte' sequer existe, mas a mente venenosa de um militante que se diz jornalista cria e se apoia nisto', ressaltou.

'É pela imprensa que a Nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam, ou roubam, percebe onde lhe alvejam, ou nodoam, mede o que lhe cerceiam; ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que ameaça' - Rui Barbosa

O que diria Rui Barbosa quando se deparasse com uma imprensa comprada, subjugada, militante e amarga, doente, que transformou a notícia em arma e a usa como bem lhe convém? Ela interfere na democracia e arrisca a soberania nacional agindo em nome de um sistema genocida. Vale lembrar que é também de Rui Barbosa a frase clássica, que se aplica tão bem aos dias atuais: 'A pior ditadura é a do judiciário'.

A influência da China

Não é de espantar a notícia que jornais brasileiros receberam patrocínio da ditadura chinesa. Controlado pelo Partido Comunista da China, o jornal China Daily pagou veículos de comunicação brasileiros de modo a promover conteúdo governamental. A informação consta em documentos do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, publicados em 6 de janeiro deste ano. Na lista, a Empresa Folha da Manhã S.A., dona do título Folha de S.Paulo, arrecadou US\$ 405 mil entre 2016 e 2020. Só em janeiro de 2019, a companhia jornalística recebeu US\$ 41,4 mil para publicar material governamental. Os recursos também se destinaram à Editora Globo, responsável por arrecadar US\$ 109 mil entre 2017 (em novembro, a companhia recebeu US\$ 75.860,00) e 2018. Além das duas empresas de comunicação, a que controla o jornal Correio Braziliense também abocanhou alguns dólares: US\$ 15.450,00 em novembro de 2019.

Há pouco tempo circulou também notícia que a Federação Nacional dos Sindicatos da China, conhecida pela sigla ACFTU, vai doar US\$ 300 mil (aproximadamente R\$ 1,7 milhão) para as centrais sindicais brasileiras com o objetivo de ajudar a combater

a pandemia. De acordo com o promotor de Justiça Joaquim Miranda, a Constituição proíbe esse tipo de ‘ajuda’, que demonstra como a máquina atua em diversos setores:

O jornalista Rafael Fontana, que inclusive já trabalhou na China e conhece bem os mecanismos de censura, acredita que é usual a mídia destruir reputações. Ele lembrou o caso da Escola Base em que os donos tiveram suas vidas destruídas por uma falsa acusação de abuso infantil e nada aconteceu com os jornalistas que veicularam a história.

‘Quando tudo ficou esclarecido, já não dava para recuperar mais nada. E o que os jornalistas sofreram? Nada, absolutamente nada. Hoje, a fake news é quase um fetiche da velha mídia. É preciso deixar bem claro que estamos nos referindo aos grupos tradicionais de comunicação, como jornais, revistas, redes de TV e emissoras de rádio, assim como seus portais e, mais recentemente, as redes sociais que amplificam suas vozes. Hoje a militância se revela muito mais evidente, existe um lado, e o lado da mídia é daquele (sic) que paga. Em alguns casos, governos estaduais, prefeituras. Em outros casos, bancos, construtoras e, o mais perigoso, países estrangeiros. Estamos falando basicamente da China, que coopta jornalistas, chantageia redações e compra espaços na velha imprensa brasileira. E, finalmente, sabemos que toda essa prática encontra amparo jurídico. Afinal, o aparelhamento do país ocorreu durante 30 anos da social-democracia. E ele envolve, entre outros atores, tanto a mídia quanto o judiciário. O cidadão que luta contra essa soma de forças sai em desvantagem. Seus direitos correm risco, sua saúde, finança e integridade também. Este é um momento bastante delicado, e não será resolvido da noite para o dia. Os brasileiros que almejam mudanças precisarão trabalhar, estudar e perseverar por anos até restabelecer um mínimo de equilíbrio dessas forças’, frisou.



Incitação de ódio contra o presidente Bolsonaro - Reprodução internet

Imprensa como braço político

O jornalista Paulo Henrique, o PH, do canal PH Vox, ponderou que a imprensa é utilizada no Brasil como braço auxiliar político unilateral de maneira efetiva há pelo menos 50 anos.

‘Nos últimos 30 anos, temos apenas uma visão, um posicionamento e um único tipo de visão política e social permitida, somente uma trilha de pensamento permitida e qualquer tentativa de pensar fora desta bolha é abertamente atacada.

Porém, nos últimos tempos, este tipo de perseguição aumentou drasticamente, chegando ao ponto de que novos veículos de mídia não possam mais surgir. Todo e qualquer veículo que surja pequeno é tratado como fake news ou blog, trabalhado como um pária jornalístico.

Existe uma máfia do dendê 2.0, onde você só tem a permissão e a benção de exercer a profissão de jornalismo com a benção de uma 'elite' da imprensa.

O próprio PHVox no ano de 2020 fez uma cobertura semanal desde o mês de fevereiro da política americana, preparando o terreno para as eleições. Durante o período próximo ao pleito cobriu comícios, debates, clima e intenção de votos em cada estado americano. Porém, por não seguir a cartilha ‘partido democrata’ teve o seu trabalho tratado como fake news por uma agência de checagem do Estadão em parceria com o Facebook, impossibilitando os usuários de postarem os links de

transmissão. Note: prezamos sempre por informações com fontes fiáveis, temos fontes primárias em território americano e contamos com um juiz brasileiro em nossa equipe de cobertura da política americana, profundo entendedor da constituição americana.

Enquanto isto, vemos estes mesmos veículos criarem orçamentos secretos, inventarem histórias com políticos, intelectuais, jornalistas e estudiosos do conservadorismo. Tudo em nome da 'democracia' quando, na verdade, trata-se do mais rasteiro jogo para imposição de uma ditadura do pensamento e espiral do silêncio. O triste, em tudo isso, é que neste jogo vale tudo, inclusive utilizar-se de apoio nos meios políticos e dos outros poderes oficiais da República, como o Judiciário', destacou.



Incitação de ódio contra o presidente Bolsonaro - Reprodução internet

Falando em utilizar-se de apoio nos meios políticos, estamos vendo basicamente a velha imprensa passar um verniz nos velhos corruptos, e apresentá-los como salvadores da pátria. O deputado federal Paulo Eduardo Martins, que também é jornalista, fala sobre o tema com propriedade:

‘Como convém com o tensionamento político um protagonismo do Renan [Calheiros]... ele é um cara capaz de fazer a maldade, ele é bom nisso, ele é competente nisso, então limpam a biografia do Renan. Renan foi ressocializado pelo jornalismo nacional e, agora, é uma figura de respeito que vai relatar uma CPI

porque ele está muito preocupado com as mortes, com as pessoas que estão passando sofrimento nessa pandemia. Como se a corrupção e toda a patifaria do jogo político feito até aqui não causasse dor, morte e sofrimento para a população. É sempre assim. Agora ele é um pião que convém', explicou.



Deputado Paulo Eduardo Martins - Reprodução internet

Martins também falou sobre a formação dos jornalistas:

'Está todo mundo contaminado pela politização hoje e, os jornalistas, parte deles, estão abandonando o seu papel. O papel de reportar, de analisar, aquilo que é o mais próximo da realidade, conforme o que cada um enxerga, e fazendo uma militância política. No jornalismo de opinião, isso é normal. A pessoa analisa o fato conforme o filtro intelectual que ela desenvolveu. Agora, no jornalismo do dia a dia, cobertura de notícias, aí não. Aí você começa a distorcer por aquilo que convém. A formação dos jornalistas, especialmente no Brasil, é uma formação enviesada, que é da cultura dos meios de formação e do mercado. Que acaba selecionando, por assim dizer, aqueles cuja visão de mundo é igual àquela que já predomina. Então é o modelo que acaba se reproduzindo', explicou o parlamentar, em entrevista exclusiva à TV Jornal da Cidade Online.



Filósofa Bruna Torlay - Divulgação

A filósofa Bruna Torlay destaca outro aspecto da cooptação da juventude pela esquerda:

‘Ao meu ver, de fato, existe esse assédio psicológico. As pessoas, realmente, por necessidade de identificação, acabam, muitas vezes, aderindo a ideias que são completamente contrárias aos valores nas famílias. Contudo, o fato de tantas pessoas demonstrarem tendência a esse comportamento é uma prova de que psicologicamente as pessoas estão muito frágeis, muito debilitadas, porque estamos numa época em que o vínculo com a consciência das pessoas não é encorajado na própria educação familiar. Então, na verdade, a facilidade que a esquerda tem de cooptar aí a juventude, se deve não apenas ao fato de ter uma tática genial, mas ao fato de que as famílias estarem distantes dos seus filhos, delegando educação para todo mundo e elas próprias completamente distantes. Então, na minha percepção é isso, as pessoas só tem esse medo quando elas não têm força moral, se você não cultiva força moral nos seus filhos, realmente a consequência é essa’, enfatizou.

Sobre distorções e omissão de informações, é notório como a mídia tem se negado a mostrar as ações positivas do governo Bolsonaro. No setor de infraestrutura, está acontecendo uma verdadeira revolução, com a realização e conclusão de inúmeras obras, algumas que estavam paradas há 40 anos, como elencou a reportagem especial da TV Jornal da Cidade Online, mas, isso a Globo não mostra...

O General Eduardo José Barbosa, presidente do Clube Militar, afirmou que não se lembra de ter visto matérias de jornal elogiando o presidente Bolsonaro, mas isso é compreensível, já que a fonte de recursos públicos que irrigava emissoras e jornais secou.

‘Existem gráficos circulando, mostrando gastos do governo federal com propaganda e a gente vê que houve uma queda muito grande do que era utilizado em governo anteriores e o que é utilizado no atual governo. Assim como os grandes criminosos estão tendo suas atuações prejudicadas, a imprensa também. As grandes corporações estão perdendo muito dinheiro por conta desse corte que o governo faz na publicidade, está incomodando... e algumas dessas empresas têm grandes dívidas com o próprio governo, que vem sendo empurradas para debaixo do tapete nos últimos anos’, frisou, em entrevista exclusiva à TV Jornal da Cidade Online.

Mas, parece que o povo está cada vez mais alerta. A #CNNLIXO chegou a estar em primeiro lugar no Twitter. Lembrando que a postura da CNN mudou, virou praticamente uma GloboNews. Em mais um exemplo de ódio, uma jornalista da emissora lamentou o fato de ter havido apenas um policial morto no Jacarezinho:

A única diferença entre a GloboNews e a CNN é que essa última conta com a participação (muito breve) de alguns nomes como Alexandre Garcia, que mesmo assim não escapou do constrangimento, quando foi atacado pelo jornalista Rafael Colombo. A propósito, quem é Rafael Colombo perante um profissional como Alexandre Garcia, não é mesmo?



E como se combate essa imprensa? Stephanie Papaiano, assessora parlamentar do deputado estadual Douglas Garcia e vítima constante de perseguição, lembrou de uma frase famosa de Dom Pedro: 'Imprensa se combate com imprensa'.

'Acho que, na verdade, os conservadores, os cidadãos comuns, dormiram durante muito tempo e deixaram que isso se tornasse um grande Leviatã. A imprensa se tornou um grande Leviatã. Fica muito mais difícil de se defender quando você não tem a paridade dos órgãos que eles têm, do quanto que eles conseguem capitanear em termos públicos. Então, o que me causa, na verdade, muito, mas muito mais asco, não é a Justiça deixar de punir, Estado deixar de punir, mas os órgãos de ética deixarem que isso aconteça. Os órgãos de ética que preconizam um Estatuto de Ética para a imprensa, deixam que esses assassinatos de reputação ocorram livremente. Então, a gente precisa se levantar enquanto cidadãos, para formar órgãos que tenham paridade com a grande imprensa. Vai levar muito tempo para a gente chegar no mesmo patamar que eles. Mas o fato é que a gente precisa ter essa atitude. De conseguir ter órgãos de imprensa tão fortes quanto a grande imprensa progressista. Aí sim a gente vai conseguir falar em um combate real e verdadeiro às coisas que são disseminadas pela extrema imprensa', explicou.



Ataques ao presidente Bolsonaro - Reprodução internet

A imprensa faz um grande esforço para suprimir a ascensão dos conservadores. Uma das jornalistas do Jornal da Cidade Online, Lis Macedo, é vítima constante dessa imprensa tacanha. Além da perseguição que sofreu na faculdade e no

mestrado dos próprios professores e alunos, a jornalista ressalta que o esforço é grande para anular a presença e as ações dos conversadores.

‘Nunca divulgam nossas coisas. E até nas manifestações, não citam nosso nome. Até do impeachment da Margarida [prefeita petista de Juiz de Fora, Minas Gerais]. Eu fui autora e nem citaram’, lamentou.

O advogado Renato Gomes aponta que realmente a atuação da máquina do ódio é sistêmica:

‘As instituições estão contaminadas. Os servidores foram escolhidos a dedo, por meio de concursos públicos. Só ingressa nos quadros quando é aprovado pela banca, e a banca é selecionada, né? Tudo em função da conquista da hegemonia, para conquistar uma sociedade comunista. Eles agem por dentro, sem violência. E hoje, é a forma como eles atuam, para eliminar o inimigo. O inimigo é o Bolsonaro, é o presidente que assumiu, com ampla maioria popular. Eles agem de uma forma difusa, de uma forma escondida, todos na mesma direção. Tudo orquestrado, seja por ações judiciais, que eu diria que é a maior arma que eles têm hoje, em função da doutrinação nas faculdades, que não ensina. A gente chegou em um momento aqui no país, onde a política é dominada pela criminalidade, o judiciário idem, o Ministério Público idem. São pessoas que não têm nenhum compromisso com o regime democrático, eles querem poder pelo poder, eles querem que o Estado profundo continue dando as cartas. Então, é assim, imprensa, partido, sindicato, universidades, instituições públicas diversas, todas estão infiltradas com esse esquerdismo doentio, isso é uma coisa insana, as pessoas estão doentes e não percebem, e atuam para o mal, atuam para a destruição’, completou.’

Como vimos, o argumento principal do editorial da revista A Verdade é que existe uma “máquina de ódio” – representada na capa por figuras como Lula, Renan Calheiros, Doria e Luciano Huck – instrumentalizada pela “imprensa progressista” (como Folha de São Paulo, Globo e CNN), que, apoiada por forças institucionais e globais, tem como objetivo deslegitimar as ações do governo de Jair Bolsonaro e controlar o discurso político. Para a revista, essa “máquina” utiliza mentiras,

manipulação e queima de reputações para suprimir as vozes que defendem a "verdade" e os valores conservadores.

O editorial fundamenta esse argumento citando casos envolvendo jornalistas do Jornal da Cidade Online, como Berenice Leite, que, segundo o texto, sofreu ameaças e críticas após fazer perguntas “engasgadas na garganta do povo” aos senadores Renan Calheiros e Randolfe Rodrigues. A revista inclui um trecho de entrevista, em que a jornalista declara que “não vai desistir de levar a verdade para o povo”.

Segundo a revista, o caso de Berenice não é o único. Camila Abdo e Lis Macedo também relatam, no texto, as “perseguições” que teriam sofrido de veículos de imprensa e instituições públicas. Além desses exemplos, o editorial cita figuras como o professor Carlos Ferraz, o promotor Joaquim Miranda, os jornalistas Rafael Fontana e Paulo Henrique, o deputado federal Paulo Eduardo Martins, a filósofa Bruna Torlay, o general Eduardo José Barbosa, a assessora parlamentar Stephanie Papaiano e o advogado Renato Gomes para corroborar a visão de que a imprensa e outras instituições estão alinhadas a uma agenda contrária ao conservadorismo.

Então, se a revista busca “mostrar e defender a verdade”, é porque alguém a estaria escondendo ou mentindo sobre ela. Assim, a principal oposição ao veículo seria a “imprensa progressista”. Segundo o editorial, jornalistas dessa imprensa reproduzem o “discurso do establishment” devido a uma “mentalidade central” presente nas instituições de ensino, que impõe uma “narrativa dominante” e marginaliza qualquer pensamento que “busca a verdade”.

Além da imprensa ser descrita como “progressista”, ela é também “comprada”. O texto aponta exemplos de patrocínios chineses recebidos por grandes veículos de comunicação do Brasil. Percebemos nesses pontos o discurso inflamado da Guerra Cultural mencionado por Castro Rocha (2023), em que as influências da globalização são vistas como um perigo para a moral e para a nação, se estabelecendo assim a Política do Medo (Castells, 2018).

A revista também apresenta a imprensa como um “braço político” com grande influência na esfera pública por ser o principal meio de informação da população. Para combater isso, o editorial cita a frase de Dom Pedro II – “imprensa se combate com imprensa” –, mencionada pela assessora Stephanie Papaiano, sugerindo que o papel da revista é contrapor essa influência e revelar a "verdade" que a "imprensa progressista e comprada" esconderia dos leitores. Seguindo o proposto por Castro

Rocha (2023), a revista se enquadra na Mídiosfera Extremista, que serve como “mídia amiga” do governo de Jair Bolsonaro, que reforça as crenças da seita bolsonarista.

Relembramos que este trabalho não tem como objetivo checar as fontes do editorial. Por isso, voltaremos ao nosso objetivo de estudo que pretende analisar o uso da palavra "verdade" no texto para compreender como a revista emprega o termo. A palavra é repetida 10 vezes no editorial, sendo cinco delas junto à preposição "na", o que a transforma em um conectivo de afirmação. No entanto, sua relevância retórica vai além da quantidade de vezes que aparece. A "verdade" ocupa uma posição central no texto, especialmente quando revela informações sobre a imprensa e instituições globais.

O que então a "verdade" significa para a revista? Segundo as concepções de Danilo Marcondes em *A Verdade* (2014), o uso do termo no editorial aproxima-se das ideias de verdade consensual e verdade como desvelamento. A "verdade", no contexto da revista, é apresentada como uma arma contra uma suposta "máquina de ódio" criada pela mídia "progressista" e instituições globais. Enquanto verdade consensual, ela reflete o consenso de um grupo (neste caso, os conservadores), definindo o que é verdadeiro de acordo com crenças e valores compartilhados. Quando o editorial afirma que a formação universitária de jornalistas "impõe uma narrativa" e "transforma em párias" aqueles que buscam a realidade, trata a "verdade" como uma construção coletiva dentro do grupo conservador, desqualificando como "narrativa dominante" todas as informações que não se alinhem a esse consenso.

Simultaneamente, a revista apresenta a "verdade" como um desvelamento das reais intenções por trás da imprensa tradicional. Partindo de uma visão conspiracionista, o editorial sugere que a mídia é aparelhada por organizações globais para perpetuar um discurso hegemônico e silenciar críticas ou opiniões divergentes. Nesse sentido, a revista se coloca como uma resistência, revelando o que estaria "oculto" e defendendo a "verdade".

No entanto, a postura da revista ao defender a "verdade" acaba reproduzindo o que ela própria critica nos veículos da grande imprensa. O discurso de "nós contra eles" é evidente. Com base nas reflexões de Jean-Pierre Faye em *Introdução às Linguagens Totalitárias* (2009), a revista adota uma linguagem totalitária ao rejeitar

quaisquer perspectivas diferentes de sua "verdade consensual", simplificando questões complexas e rechaçando a complexidade dos fatos.

Para a revista, a "verdade" não é um conceito aberto ao diálogo ou à interpretação, mas sim imposto como uma ideia inquestionável e inflexível, que invalida outras vozes para garantir que seus leitores permaneçam alinhados à visão conservadora e antissistêmica. Nesse sentido, o editorial reflete o uso da "verdade" como uma arma de convencimento e adesão ideológica, ancorada em características dogmáticas.

A defesa da "verdade" como desvelamento implica um senso de dever divino. Isso nos remete à ideia discutida por Ricardo Alexandre (2020), de que a verdade pode ser utilizada como instrumento-chave para mobilizar cristãos evangélicos no apoio ao discurso conservador.

Assim, a revista combina a verdade consensual e de desvelamento, marcada por traços de linguagem totalitária e elementos de dogma religioso, para consolidar sua base de leitores convictos em meio à polarização intensificada pelo discurso político de Jair Bolsonaro (*Traumann*, 2023). Doa a quem doer, a "verdade" é a âncora forjada que fundamenta a revista.

Agora que entendemos essa abordagem, analisaremos como o jornal utiliza o conceito de "verdade".

6.2 O JORNAL

O jornal A Verdade iniciou sua produção em dezembro de 1999, fundado pelo Partido Comunista Revolucionário (PCR), segundo a matéria "PCR celebra 54 anos de fundação"⁹. Além do partido, o veículo tem apoio da Unidade Popular (UP), da União da Juventude Rebelião (UJR), do Movimento Luta de Classes (MLC), do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), do Movimento de Mulheres Olga Benário e da Comissão Pastoral da Terra.

De acordo com a matéria "Chegou A Verdade quinzenal"¹⁰, o jornal circula em 20 estados brasileiros e teve uma tiragem de 18.500 exemplares em abril de 2022. A

⁹ **PCR celebra 54 anos de fundação.** A Verdade. Disponível em: <<https://averdade.org.br/2020/05/pcr-celebra-54-anos-de-fundacao/>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2025.

¹⁰ **Chegou A Verdade quinzenal.** A Verdade. Disponível em: <<https://averdade.org.br/2022/05/chegou-a-verdade-quinzenal/>> . Acesso em: 21 de janeiro de 2025.

matéria – de maio de 2022 – também indica que A Verdade aumentou a frequência de edições do jornal impresso: passando de mensal para quinzenal. Para receber o material impresso, o leitor pode assinar o jornal semestralmente, por 80 reais com o envio de 12 edições, ou anualmente, por 150 reais, recebendo 24 edições. O veículo também possui uma programação multimídia no Youtube, Facebook, Instagram, Twitter, WhatsApp, Podcast e no site.

Na aba, “Quem somos”¹¹, presente no site, o veículo critica a imprensa capitalista e burguesa, declara sua posição ideológica e apresenta seus objetivos. Inicia falando sobre “as mentiras que grandes veículos da TV, jornal e rádio compartilham”, que reforçam os interesses da burguesia e sustentam o sistema capitalista. Comenta-se também sobre o monopólio da mídia, que, de acordo com a página, é controlada por dez grandes famílias. O jornalismo praticado nesses grandes veículos também é criticado, uma vez que entendem que em “nome da objetividade” essas mídias se limitam em informar, sem questionar a origem dos problemas que ocorrem na sociedade.

A imprensa burguesa é na verdade uma força bruta que impede a livre expressão dos trabalhadores e encobre os crimes dos capitalistas e do governo, distorcendo e falsificando os fatos, plantando e inventando notícias. Acreditar que essa imprensa burguesa tem algum compromisso com a verdade é o mesmo que acreditar ser possível um camelo passar pelo buraco de uma agulha. (QUEM SOMOS)

Apresentada na seção como oposta à essa mídia, o jornal A Verdade se designa ideologicamente como uma “imprensa que expresse a concepção marxista do mundo e da luta de classes” (*ibidem*). Com isso em mente, compreende que para alcançar seus ideais é necessário combater a mídia burguesa. “Nessa situação, as massas populares e, em particular, a classe operária, não têm outra saída que não seja declarar guerra à mentira, à falsificação e à farsa da imprensa burguesa” (*ibidem*).

A guerra declarada à mídia se estabelece, segundo o jornal, na divulgação de informações verídicas que libertem as pessoas dos meios de comunicação da burguesia, pois essas tem o objetivo de “corromper a consciência das massas trabalhadoras” (*ibidem*). Entendimento este reforçado no subtítulo do veículo: “Um jornal dos trabalhadores na luta pelo socialismo”.

¹¹ **Quem somos.** A Verdade. Disponível em: <<https://averdade.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2025.

Seu site conta com as sessões divididas em grau de relevância, temas e produções. São eles: “Principal”, “Brasil”, “Internacional”, “Mulheres”, “Luta Popular”, “Juventude”, “Trabalhador unido”, “Cultura”, “Saúde” e “Entrevista”. Na página “Principal”, onde reúne todas as demais categorias com as manchetes mais recentes, estão disponíveis os editoriais.

6.2.1 O Editorial

Através dos textos de apoio do jornal, já conseguimos ter noção sobre suas motivações e interpretação da “verdade”. Para compreendermos como a ideologia é transmitida em suas publicações, iremos analisar o editorial “O papel do jornalismo operário”, escrito por Rodrigo Ferreira, publicado dia 20 de dezembro de 2021, sem informações sobre o número da edição. Leremos:

“O papel do jornalismo operário



JORNALISMO OPERÁRIO. Imprensa dos trabalhadores na luta pelo socialismo. Foto: Jornal A Verdade

A dominação econômica, política e ideológica das classes dominantes obrigam os trabalhadores a informar-se através da grande mídia burguesa. Por isso, é necessário falar sobre a necessidade de uma imprensa alternativa, que represente os interesses dos explorados e oprimidos.

Rodrigo Ferreira

RIO DE JANEIRO (RJ) – Karl Marx, ao se referir a imprensa operária e o seu papel, dizia que ‘sua função é ser o cão-de-guarda, o denunciador incansável dos opressores, o olho onipresente e a boca onipresente do espírito do povo que guarda com ciúme sua liberdade. [...] O dever da imprensa é tomar a palavra em favor dos oprimidos a (sic) sua volta. [...] O primeiro dever da imprensa é minar todas as bases do sistema político existente.’

O jornalismo da classe operária é um importante agente no enfrentamento em defesa dos interesses dos trabalhadores. É um meio de comunicação que prioriza a realidade e enxerga a necessidade de contrapor os meios de comunicação dominantes.

É central a luta pela divulgação da verdade, declarando guerra às mentiras e falsificações da imprensa burguesa. A imprensa operária deve buscar construir uma imprensa oposta em seu caráter, conteúdo, linha política e ideológica, uma imprensa que expresse a concepção marxista do mundo e da luta de classes.

É importante ressaltar também que o jornalista da classe operária deve afastar-se da ideia de ser apenas um intelectual reprodutor da teoria marxista. Ele deve buscar ser um verdadeiro agente da teoria e da prática, estando diariamente em contato com a classe trabalhadora nos trens, bairros e favelas.

A burguesia espalha diariamente mentiras para os trabalhadores

Uma das formas de dominação da classe capitalista é a dominação ideológica. O jornal O Globo, em recente editorial, afirmou que ‘é um abuso acusar Bolsonaro de genocídio’. Enquanto isso, Bolsonaro e seus meios terroristas de defesa dos interesses capitalistas, suas máquinas de Fake News, preparam mais um ataque à ciência, buscando impedir a vacinação das crianças contra a COVID-19.

Isso revela que, mesmo na sua forma mais moderada e de aparência democrática, os meios de comunicação burgueses mostram a quem realmente servem. Se

necessário, apoiarão ditaduras e atentados contra a democracia caso seus interesses estejam em jogo, como foi em 1964 e 2016.

A classe operária, os camponeses e todas as massas populares recebem diariamente o resultado do trabalho da mídia hegemônica. Ela transforma os interesses da burguesia em verdades absolutas.

Os donos dos meios de comunicação, numa tentativa de camuflar as contradições de classe, vendem os ideais de liberdade de expressão e de imprensa, jurando defender esses interesses democráticos e universais. A verdade é que eles censuram os trabalhadores que tentam manifestar suas opiniões.

A grande mídia apoia golpes e reformas antipopulares e tenta criminalizar as revoltas do povo nas ruas. Chamam de 'terrorismo' e 'vandalismo' qualquer tentativa de desprender-se das amarras colocadas pelos seus patrões. Tentam criar uma falsa ideia de paz e conciliação entre as classes. Isso é impossível, pois seus interesses são antagônicos.

Exercer o jornalismo operário, denunciando o descaso do Estado burguês, as inverdades da mídia hegemônica, é ser um propagandista e um agitador. É se colocar firmemente a dar uma digna contribuição à libertação da humanidade."

O editorial do jornal A Verdade defende a necessidade de uma "imprensa alternativa" comprometida com a luta pela "verdade", em contraposição à "imprensa burguesa", que segundo o veículo, serve apenas aos interesses da burguesia. O jornal afirma que tem uma "concepção marxista da realidade", seguindo a ideia de que a função da imprensa é "minar todas as bases do sistema político existente". Para exemplificar a afirmação sobre a "imprensa burguesa", Rodrigo Ferreira menciona um editorial do jornal O Globo, que, para ele, revela "a quem os meios de comunicação realmente servem". Por isso, reforçam o lugar de denunciador do "descaso do Estado burguês e das inverdades da mídia hegemônica".

Sem nos concentrarmos em verificar a veracidade das informações apresentadas, analisaremos o uso do termo "verdade" no discurso do editorial. O termo é repetido três vezes dentro do texto. Contudo, a interpretação não se limita à

quantidade de vezes em que é mencionada, mas na construção de seu significado dentro do discurso. A “verdade” está associada à correspondência e desvelamento, de acordo com as definições apresentadas por Marcondes (2014). Percebemos isso na forma em que mostra a “verdade” como correspondência com a realidade da classe trabalhadora, destacando uma relação direta entre os fatos e a linguagem utilizada para descrevê-los. Assim, é percebido também o desvelamento a medida que a “verdade” é vista como o ato de expor o oculto, o velado.

Este entendimento fica evidente no trecho: “é central a luta pela divulgação da verdade, declarando guerra às mentiras e falsificações da imprensa burguesa”. Analisamos que a “verdade” é algo a ser revelado, que não é dito pelos veículos da imprensa opositora. Sendo assim, ela é considerada como “real” se estiver de acordo com a interpretação marxista.

Porém, notamos que embora haja esse interesse pelo acordo do relato verdadeiro com a interpretação marxista, o jornal também explana que a “mídia hegemônica” quer transformar “os interesses da burguesia em verdades absolutas”. Esse ponto é significativo, pois indica que, apesar de defender sua própria visão ideológica, o jornal reconhece implicitamente que diferentes “verdades” podem coexistir. Isso sugere que, mesmo o texto do jornal defendendo sua visão ideológica, há uma abertura de espaço para as variações no conceito de “verdade”.

Neste discurso, podemos observar características da linguagem totalitária abordadas por Faye (2009). Ela está presente na retórica de polarização extrema, que cria uma dicotomia entre a “verdade” (associada à classe operária) e a “mentira” (associada à burguesia e à mídia hegemônica), reforçando a estrutura de “nós contra eles”. Essa abordagem promove um antagonismo entre classes sociais e sustenta a ideia de que a verdade do jornal é exclusiva e moralmente superior.

A “verdade” que o jornal carrega se aproxima de uma perspectiva religiosa, como a discutida por Alexandre (2022), estabelecendo uma identidade coletiva e militante entre seus eleitores. O termo está relacionado a revelação da realidade, que irá iluminar e libertar a classe operária. Ela é um princípio sagrado que os trabalhadores devem buscar e proteger, para lutarem pela transformação social.

A fé na “verdade” proposta pelo jornal idealiza que a interpretação marxista do mundo pode salvar os trabalhadores e libertá-los da opressão. Essa visão reforça a motivação do veículo em se posicionar como uma voz distinta e combativa em relação à imprensa opositora. Ao situar o discurso no contexto histórico em que foi

publicado (durante o governo de Jair Bolsonaro), é possível observar como esse período intensificou a necessidade do jornal em se afirmar como um espaço de resistência ideológica, sedimentando seu discurso de polarização e reafirmando seu compromisso com a "verdade" como ferramenta de transformação política e social.

6.3 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS

Com as leituras dos editoriais, é possível identificar tanto pontos de convergência quanto de divergência na interpretação da "verdade" pelos dois veículos. Vamos agora fazer esses pontos se cruzarem.

Sobre a função do termo, percebemos que o jornal A Verdade concebe a "verdade" como um instrumento de denúncia e conscientização da classe trabalhadora. Seu objetivo é desmascarar as "mentiras" da "mídia burguesa" e promover uma visão marxista da realidade. A "verdade", nesse contexto, é um elemento-chave para alcançar a emancipação social e política, ligada à luta por liberdade.

Já na revista, a "verdade" assume o papel de resistência à "narrativa dominante" da "imprensa progressista", liderada por "forças globais". Nesse caso, "verdade" deve estar alinhada aos valores conservadores e ao discurso bolsonarista, utilizada para defender essa posição e combater ideias contrárias.

Portanto, situando essas perspectivas na efervescência de polarização durante o governo de Jair Bolsonaro (Traumann, 2023), podemos observar um marcante contraste: enquanto para o jornal, a "verdade" é uma arma contra Bolsonaro, para a revista, ela é uma arma em favor dele.

Com base na análise teórica, percebemos que a "verdade" para o jornal é correspondência e desvelamento (Marcondes, 2014), enquanto para a revista, o termo se aproxima das concepções de consenso e também de desvelamento (*ibidem*). Nesse sentido, na medida em que o jornal busca relatar a realidade dos trabalhadores, a revista promove a realidade que esteja de acordo com o discurso conservador e bolsonarista.

No entanto, há uma semelhança central entre ambos: eles tratam a "verdade" como algo oculto a ser desvelado por eles. Soma-se a esse ponto o igual repúdio à "imprensa progressista do *establishment*" (na terminologia da revista) ou à "mídia burguesa e capitalista" (na terminologia do jornal), referindo-se de forma semelhante

à imprensa tradicional brasileira. Por isso que, podemos afirmar que as perspectivas de “verdade” não se anulam completamente — especialmente no jornal, quando nega “verdades absolutas”—, mas se chocam em virtude de divergências ideológicas que dificultam sua coexistência.

Esse embate possui traços de uma linguagem totalitária (Faye, 2014), como vimos anteriormente. Tanto a revista quanto o jornal constroem narrativas maniqueístas: a "verdade" é apresentada como uma tocha carregada por seus protagonistas — os conservadores no caso da revista e os trabalhadores no caso do jornal —, enquanto a "mentira" é atribuída às forças opositoras. Para o jornal, essas forças são representadas pela "imprensa tradicional e instituições capitalistas"; para a revista, pela "imprensa progressista e forças globalistas".

Ambos os veículos utilizam a "verdade" de forma dogmática (Alexandre, 2020), com o objetivo de mobilizar seus leitores em prol de suas respectivas causas. Essa abordagem resulta na instrumentalização do termo para sustentar narrativas ideológicas e reforçar a polarização política e social. Ambos se posicionam como a voz que "precisa ser ouvida", apresentando-se como os defensores de uma "verdade" que estaria sob ataque. Nesse contexto, seus discursos assumem um tom de sobrevivência, em meio ao que percebem como investidas de uma ordem que ameaça seus valores e ideais.

Podemos inferir que os pontos de divergência entre a revista e o jornal estão relacionados à base, às premissas e os propósitos da “verdade”. Sobre o primeiro ponto, observamos que enquanto a revista trata o termo como resistência e combate à “narrativa dominante” imposta pela imprensa tradicional e instituições globais, com a finalidade de reforçar os valores conservadores e o bolsonarismo; o jornal utiliza a “verdade” como instrumento de conscientização marxista, que tem o objetivo de desmascarar as “mentiras” da “mídia burguesa”, para libertar a classe trabalhadora do sistema capitalista.

Atrelado a este ponto está a diferenciação quanto ao propósito da “verdade” em ambos. A revista se vale de valores fixos e religiosos para legitimar sua “verdade” como única. No jornal, conseguimos notar semelhanças quanto a utilização de uma retórica dogmática, contudo – apesar de priorizar a visão marxista da realidade – reconhece que múltiplas verdades podem existir.

Sobre os pontos de convergência, podemos elencar a concepção de “verdade” como desvelamento, o tom totalitário dos discursos e o combate à

imprensa tradicional. O desvelamento aparece de igual forma, no momento em que ambos são reveladores das informações ocultas alinhadas às suas ideologias. Já o caráter totalitário é somado à crença ideológica que os veículos querem reafirmar, ao buscar anular perspectivas de “verdade” que não estão de acordo com as suas compreensões. Soma-se a isso, a postura não somente crítica, como também combativa, da imprensa “burguesa”/“progressista”, por se posicionarem como alternativas contra essa “narrativa”.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa analisou comparativamente o uso do termo “verdade” nos editoriais da revista e do jornal, com o objetivo de investigar como concepções ideológicas distintas utilizam esse termo para sustentar suas narrativas. Com base na fundamentação teórica sobre os conceitos de verdade, linguagem totalitária e discurso ideológico, compreendemos que ambos os veículos instrumentalizam a “verdade” para legitimar suas perspectivas, apesar de apresentarem objetivos e interpretações diferentes.

Analisar estas palavras-chave no discurso político é essencial para compreender o impacto das ideologias na sociedade. Como proposto por Ludwig Wittgenstein (1921) no Giro Linguístico, é fundamental considerar como uma palavra faz parte de um “jogo de linguagem” no qual seu significado não é intrínseco, mas depende do uso e do contexto. Reconhecer isso não significa que o termo possa ser definido arbitrariamente; é necessário que haja concordância sobre sua noção nos meios de comunicação, para que a lisura dos fatos permaneça também em outras áreas, como aponta Wilson Gomes (2009).

Além disso, há um aspecto crucial sobre a utilização ética e clara das palavras: a ampliação do vocabulário. Tanto Rorty (1992) quanto Hannah Arendt (1967) argumentam que essa prática permite elevar os níveis de compreensão, ajudando a evitar declarações totalitárias incapazes de abarcar as múltiplas “verdades” (Gomes, 2009). Para Arendt (1967), ampliar o vocabulário é também definir bem o significado das palavras. Como a diferença entre a “opinião” e a “verdade”, sendo a primeira e não a segunda, as bases indispensáveis do poder.

Ressaltamos que este trabalho não teve como objetivo analisar os desdobramentos, efeitos, alcance ou influência desses discursos no país – questões que podem ser exploradas em futuras pesquisas a partir dos objetos analisados. A relevância deste estudo reside na contribuição para compreender o papel do discurso na construção de narrativas ideológicas e na polarização do debate público, que se intensificou durante o governo Jair Bolsonaro (2019-2022) e permanece marcante no Brasil.

Este trabalho buscou alinhar filosofia da linguagem, política e comunicação em uma pesquisa que visa promover uma autoanálise da revista e do jornal, assim como dos seus leitores, sobre as formas que encaram a “verdade”. Embora os

veículos apresentem divergências profundas em suas interpretações da realidade, as semelhanças entre eles são notáveis. Essas convergências podem nos direcionar para pontes que promovam o diálogo e a democracia no nosso país.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. Verdade e política. Tradução: Manuel Alberto. In: **Entre o passado e o futuro: oito exercícios sobre o pensamento político**. São Paulo: Companhia das Letras, 1967.
- A máquina do ódio que ataca o Brasil**. Revista A Verdade, 2021. Disponível em: <<https://assinante.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/29871/a-maquina-de-odio-que-ataca-o-brasil>>. Acesso em: 27 de abril de 2023.
- ALEXANDRE, Ricardo. **E a verdade os libertará: reflexões sobre religião, política e bolsonarismo**. São Paulo: Editora Mundo Cristão, 2020.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à flInternet**. Tradução: Maria Carmelita Pádua Dias. Revisão técnica: Paulo Vaz. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora Perspectiva, 2006.
- ECO, Umberto. **O nome da rosa**. Tradução: Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- FAYE, Jean-Pierre. **Introdução às linguagens totalitárias: teoria e transformação do relato**. Tradução: Fábio Landa e Eva Landa. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- FERREIRA, Rodrigo. **O papel do jornalismo operário**. Jornal A Verdade, 2021. Disponível em: <<https://averdade.org.br/2021/12/o-papel-do-jornalismo-operario/>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2025.
- GASSET, Ortega y. **A rebelião das massas**. Tradução: Herrera Filho. Edição eletrônica: Ed Ridendo Castigat Mores
- GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo**. São Paulo: Editora Insular, 1º edição, 2009.
- MARCONDES, Danilo. **A verdade**. 2. ed. São Paulo: Jorge Zahar, 2014.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político**. Goiânia: Editora Caminhos, 2021.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico**. Editora Autêntica, 2023.

RORTY, Richard. **Contingência, ironia e solidariedade**. Tradução: Nuno Ferreira da Fonseca. Lisboa: Editora Presença, 1º edição, 1994.

TRAUMANN, Thomas. **Biografia do Abismo: como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil**. HapperCollins Brasil, 2023.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Fosfóro, 2023.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. São Paulo: Edusp, 1921.